

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

O Combate à Pobreza na Diminuição das Desigualdades Sociais em Angola:
O PAPAGRO na Caála

Zorobabel Alberto Festo Mateus

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia

Orientador:

Professor Doutor José Luís Casanova, Professor Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientadores

Professor Doutor António Manuel Hipólito Firmino da Costa, Professor Catedrático

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Professor Martinho Bangula Katúmua

Instituto Superior Politécnico Jean Piaget, Benguela

Junho de 2016

Dedicatória

Ao meu pai Manuel Festo Mateus em sua memória por ser o verdadeiro idealizador do meu futuro, que desde tenra idade ensinou a pensar e planificar.

Agradecimentos

A caminhada humana é sem sombra de dúvidas um labirinto, onde a cada descida temos pessoas que são ímpares, sendo assim destacarei apenas algumas das muitas que caminharam e continuarão a descer esse labirinto que se chama vida.

A DEUS PAI TODO PODEROSO, por ser a tudo que eu preciso para viver;

A minha mãe que dos cacos bem cedo preservou os ideais de família com o braço forte me ajudou a chegar cá. Ao tio Beto Coelho por ser uma referência de caráter e cuidado.

Aos meus irmãos Daniel, Analzira, Hazalelpony, Calebe, Robson, Cristiano Muller e Salatiel companheiros de berço e de sonhos;

Aos meus tios e primos que sempre me incentivam e compartilham comigo cada avanço e recuou

A família Domingos em especial Paulina, Angelina e Anatólio Domingos por serem nosso suporte nessa caminhada.

Ao casal Mbuco e Dulce Ditutala por serem os grandes motivadores, obrigado por cada palavra;

Aos meus amigos que caminharam conosco partilhando momentos de tensão e momentos bons Nobre e Lúcia Pedro, Alzira, Loide, Alice, Hercílio e Ledna Duarte, Elita Pedro Coxi, Emanuel e Ruth Garcia pelas conversas e incentivos;

A OMNEN INTELLEGENDA, SA, pelo compromisso feito e por honra-lo, por ser uma empresa que pretende trabalhar para uma Angola melhor;

Agradecimentos aos órgãos do estado angolano que cooperaram com a presente pesquisa nomeadamente o ministério do comércio e da Agricultura. Agradeço também ADRA – Huambo Eng.^a Maria de La-Salette Morgado e Dr. Catiavala pela prestação na busca dos dados da investigação;

Ao Engenheiro Estevão Chaves e Dr. Abel Garcia pela presteza na comunicação e maturação das ideias do resultado deste trabalho. Ao Engenheiros Manuel João, Evaristo e Guilherme Chicola vosso contributo foi de uma utilidade;

Ao professor António Firmino da Costa um exemplo de ser humano, com marcas como a simplicidade e rigor, verdadeiro homem de ciência o meu muito obrigado;

Ao Professor MBangula Katúmua pela sua presteza e visão crítica o meu muito obrigado;

Aos meus colegas da turma de mestrado em sociologia no ISCTE-IUL, pelo apoio e o suporte;

A todos os professores do curso de mestrado em sociologia por puderem me ajudar a melhorar o meu pensamento com destaque aos professores José Luís Casanova, Patrícia Durões Avila e Helena Carreira pela sua simplicidade e disponibilidade;

Por última e com maior realce aquelas que dividiram e caminharam todas as madrugadas comigo nesta busca, Noémia Ludmila e Roslina Otchaly Festo Mateus, muito obrigado.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo a análise dos efeitos de um programa de combate à pobreza e diminuição desigualdades sociais, tendo como referência o PAPAGRO - Programa de Aquisição de Produtos Agropecuário, em que foram observadas as principais mudanças verificadas na vida dos camponeses depois da implementação deste programa na província do Huambo, município da Caála e a sua comuna Calenga. Utilizamos na pesquisa a entrevista semiestruturada como técnica de recolha de dados. Foi possível identificar as seguintes mudanças com a implementação do PAPAGRO: em Caála e sua comuna houve aumento da produção agrícola o que ajudou em alguma melhoria das condições de habitação, e tendo em conta a existência de duas tipologias de camponeses, pequenos e grandes produtores, o efeito na vida dos grandes produtores foi reduzido comparando com os pequenos produtores. O programa é de gestão central com participação ativa da sociedade civil em termos de concertação, e estes elogiaram a iniciativa governamental quanto a elaboração do projeto, porém apontam que o programa precisa de melhorias nas questões de transporte de produtos das zonas de produção para os centros logísticos.

Palavras-Chave: Desigualdades sociais, pobreza, PAPAGRO, Caála, Calenga, Mudanças socioeconômicas.

Abstract

This thesis aims to analyze the effects of a program to combat poverty and reduced social inequalities, with reference to the PAPAGRO - Agricultural Products Purchase Program, which were observed major changes in the lives of the peasants after the implementation this program in the province of Huambo, Caála district and its Calenga commune. We used in research as a semistructured interview data collection technique. It was possible to identify the following changes to the implementation of PAPAGRO: in Caála and his commune there was an increase in agricultural production which helped in some improvement of housing conditions, and taking into account the existence of two types of peasants, small and large producers, the effect on the lives of large producers was reduced compared to small producers. The program is centrally managed with active participation of civil society in terms of consultation, and they praised the government initiative as the project design, but point out that the program needs improvement in product transportation issues of the production areas to the centers logistics.

Keyword: Social Inequality, Poverty, PAPAGRO, Caála, Calenga, Socioeconomic Changes.

Índice Geral

Dedicatória.....	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Índice de tabelas.....	vi
Índice de figuras.....	vi
Glossário de siglas.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1.1. Enquadramento, origem e conceito de desigualdade.....	3
1.2. Tipos de desigualdades.....	5
1.3. Pobreza.....	7
1.4. Estratégias de Combate à Pobreza.....	9
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	10
2.1. Modelo de análise da investigação.....	10
2.2. Estratégia de investigação.....	10
CAPÍTULO III - CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DA INFORMAÇÃO RECOLHIDA E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	14
4.1. Análise das entrevistas aos camponeses do município da Caála.....	14
4.1.2. Características sócio demográficas.....	14
4.1.3. Habitação.....	19
4.1.4. Educação.....	20
4.1.5. Saúde.....	22
4.1.6. Nível de conhecimento do PAPAGRO.....	23
4.1.7. Mudanças verificadas na atividade dos camponeses da Caála.....	25
4.1.8. Nível de satisfação dos camponeses da Caála com o PAPAGRO.....	26
4.1.9. Comparação da situação anterior.....	28
4.1.10. Cooperativismo.....	29
4.1.11. Falhas do programa na visão dos camponeses da Caála.....	30
4.1.12. Benefícios sociais do PAPAGRO.....	31
4.1.13. Impacto do PAPAGRO na visão dos camponeses.....	32
4.2. Análise das entrevistas aos membros do governo provincial.....	32
4.2.1. Balanço do PAPAGRO.....	32

4.2.2. Qualidade da Produção.....	33
4.2.3. Principais Dificuldades	33
4.2.4. Soluções apontadas.....	33
4.2.5. Mudanças provocadas pelo PAPAGRO em termos socioeconômicos	35
4.2.6. Impacto do PAPAGRO na visão dos membros do governo provincial do Huambo 35	
4.3. Análise das entrevistas as organizações da sociedade civil provincial.....	35
4.3.1 Organizações da Sociedade Civil	35
4.3.2. Impacto do PAPAGRO na visão das instituições da sociedade civil.....	37
CAPITULO V – O IMPACTO DO PAPAGRO - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	38
CONCLUSÕES	41
BIBLIOGRAFIA	43
ANEXOS	I

Índice de tabelas

Tabela 4.1.2.1 - Características sócio demográficas	14
Tabela 4.1.2.2- Condição da habitação e Escolaridade dos filhos	17

Índice de figuras

Figura 4.1.2.1-Habilitações literárias por entrevistado	15
Figura 4.1.2.2- Zona de residência por entrevistado	16
Figura 4.1.2.3- N° de filho/Entrevistado.....	16

Glossário de siglas

ADRA - Ação Para o Desenvolvimento Rural e Ambiental

CNCP - Comissão Nacional de Combate à Pobreza

ENACRE - Estratégia de Comercio Rural e Empreendedorismo

IDA - Instituto de Desenvolvimento Agrário

INE – Instituto Nacional de Estatística

LBSE - Lei de Base do Sistema Educativo

OCPLP - Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa

ONG – Organização Não Governamental

PAPAGRO – Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários

PEDR - Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural

PIB – Produto Interno Bruto

PMIDRCP - Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza

PND – Programa Nacional de Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

UNACA - Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola

UNICEF – Fundo da Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

A pobreza é um mal que enferma todas as sociedades, umas de forma mais severa que outras, daí que a luta contra a pobreza tem sido o desafio por parte quer de diversas organizações nacionais e internacionais, quer dos estados pelo mundo. O presente trabalho tem como tema a O Combate à Pobreza na Diminuição das Desigualdades Sociais em Angola.

O Plano Nacional de Desenvolvimento gizado pelo Governo de Angola, para 2013-2017, prevê uma série de medidas políticas que visam promover o desenvolvimento multi-sectorial deste país. O presente trabalho pretende analisar uma destas medidas, a implementação do programa de Aquisição de Produtos Agropecuários (PAPAGRO). Nomeadamente analisar os efeitos deste programa no combate à pobreza e na diminuição das desigualdades sociais em Angola. O programa em estudo, foi criado em 2013 pelo Ministério do Comércio mediante Estratégia de Comercio Rural e Empreendedorismo (ENACRE), que faz a gestão de políticas do comercio rural, criado mediante um decreto presidencial do mesmo ano.

Para o nosso estudo foi selecionada a província do Huambo, município da Caála e a sua comuna da Calenga. Foi escolhida por ser a que mais contribui com produtos para o PAPAGRO. A província do Huambo tem um total de aproximadamente 16000 camponeses. Esta parcela da província do Huambo é tradicionalmente conhecida pelo seu potencial agrícola nomeadamente na produção de cereais. Geograficamente encontramos muitos vales na região que facilita a produção agrícola durante todo o ano, dada a acumulação de água todo o ano. Outro aspecto deve-se à tradição familiar, já que podemos observar que a maior parte dos camponeses é oriundo de famílias agrícolas, o *habitus* gera o sucesso em termos de produção dessa região da província do Huambo.

Uma vez cumpridos os objetivos, no final poderemos afirmar positiva ou negativamente se o combate à pobreza influencia na diminuição das desigualdades sociais.

O presente trabalho está dividido da seguinte maneira: no primeiro capítulo fizemos análise dos principais teóricos que abordam as questões das desigualdades e da pobreza, onde observamos que os dois conceitos estão ligados, sendo que a pobreza tende a ampliar desigualdades.

Já no segundo capítulo fizemos a contextualização onde procuramos apresentar o contexto de Angola bem como o da criação das políticas de combate à pobreza e as especificidades do município da Caála.

No terceiro capítulo falamos da metodologia de investigação onde elegemos aspectos como método de procedimento o estudo de caso, o mesmo se realizou num dos subprogramas do programa de

combate à pobreza, o PAPAGRO. Desenhamos também o modelo de análise que se fundamenta nas seguintes dimensões: desigualdade de recursos, Costa (2012), desigualdades de rendimentos, Milanovic (2012), pobreza socioeconômica, Capucha (2005) e por fim estratégia de erradicação da pobreza de Lucio (2003).

No quarto capítulo fizemos a análise dos dados recolhidos através das entrevistas, onde observamos que a grande vantagem que o PAPAGRO trouxe aos camponeses foi a do aumento das zonas de cultivos dos camponeses, bem como encontramos dois tipos de camponeses onde consideramos que o efeito PAPAGRO tem maior impacto na vida dos pequenos produtores comparativamente aos grandes produtores, sendo que pequenos produtores são aqueles que trabalham por conta própria e com trabalhadores eventuais bem como a produção, já os grandes produtores são aqueles que tem trabalhadores efetivos, porem fazem recurso a eventuais e sua produção gera maiores rendimentos.

Depois de toda a análise apresentamos as conclusões da investigação que nos permite dizer que o programa de combate à pobreza criado pelo governo de Angola tem ajudado a diminuir as desigualdades sociais, e que apesar de não ter atingido ainda a velocidade desejada, tem ajudado a diminuir as desigualdades sociais em Angola.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

No presente capítulo debatem-se os conceitos de, desigualdades e de pobreza. No conceito de desigualdades procurou-se identificar os diferentes tipos de desigualdades e no conceito de pobreza, procurou-se perceber as várias estratégias para erradicar a pobreza.

1.1. Enquadramento, origem e conceito de desigualdade.

É importante realçar que Angola situa-se na África subsaariana região apresentada como das mais pobre e desiguais do mundo. Sen (2000) afirma que a expectativa de vida nessa região é inferior a 60 anos e com uma demografia acentuada. Angola por estar dentro desta região não foge à regra, enquadra-se perfeitamente na análise feita pelo autor, onde encontramos educação e saúde muito precárias, disso resulta: alto índice de mortalidade materno-infantil, baixa expectativa de vida, analfabetismo, má nutrição, desemprego, pouca mobilidade humana em resumo condições socioeconómicas degradantes. Foi desenvolvido um programa de combate à pobreza que visa melhorar as condições socioeconómicas das populações de Angola, através de Decreto Presidencial nº 28/2014 de 11 de Fevereiro, “orienta a criação da Estratégia de Comercio Rural e Empreendedorismo - ENACRE criada com objetivo de fomentar o comercio rural e empreendedorismo no período de 2013 a 2017. Para a sua materialização cria-se o subprograma designado PAPAGRO, Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários”. Destacamos que um dos objetivos do programa visa diminuir a fome e a pobreza, e que estas têm maior incidência no meio rural. Pesquisadores interessados no tema têm desenvolvido estudos, que resultam em ricas contribuições acerca deste fenómeno. Stiglitz (2013), afirma que a compreensão da origem da desigualdade ajuda-nos a perceber bem como os custos e benefícios de reduzi-la, ele aponta dois elementos fundamentais para o nivelamento da desigualdade, o mercado como o elemento que ajuda a moldar o nível de desigualdade e as políticas governamentais que por sua vez moldam essas forças do mercado.

O segundo aspecto apontado pelo autor reflete bem o presente estudo, a criação de políticas é o melhor caminho para nivelar a desigualdade dentro de uma sociedade, uma vez que as políticas ajudarão a estabilizá-la, já que o governo tem poder de movimentar o dinheiro da base para o topo e vice-versa. Ainda o mesmo autor afirma que cabe ao estado definir e fazer cumprir as regras do jogo, criando ações que ajudem a existir o que o autor define como “concorrência leal”, ações baseadas em práticas legais e competitivas, para isso é importante distribuir os recursos de modo transparente e depois corrigir a distribuição dos rendimentos, fazendo com que os haja políticas centrais do pagamento de impostos e das contribuições sociais, tudo dentro de uma base em função da realidade.

Stiglitz (2013) afirma que “o estado tem poder de alterar a dinâmica de riqueza” (Stiglitz, 2013:89), apresentando como exemplo “as taxas sob as heranças e o ensino público gratuito” (Stiglitz,

2013:89). Quando não existe apoio governamental os pobres têm geralmente dificuldades em satisfazer os seus anseios socioeconómicos, que vão desde uma casa digna para morar, saúde, alimentação básica e educação. Se este apoio existir da parte do estado as crianças terão acesso à educação, uma vez instruídos poderão produzir, esta produção trará benefícios às famílias e ao Estado. O Estado pode mudar dando uma educação melhor no sentido elevar o capital humano que por sua vez produzirá o financeiro. Políticas bem estruturadas e alicerçadas sobre leis justas são fatores determinantes para a diminuição da desigualdade.

O autor continua a afirmar que existem duas maneiras de se enriquecer, sendo a primeira “a criação de riqueza e a segunda retirando a riqueza dos outros”. No primeiro caso existem vantagens para a sociedade, uma vez que essa criação de riqueza somará, já no segundo caso observamos que cria problemas para a sociedade uma vez que se retira riqueza esta que poderia ser redistribuída de forma equitativa, aqui podemos claramente dizer que a desigualdade se forma a partir deste tipo de enriquecimento. De forma resumida podemos dizer que a desigualdade numa sociedade surge através de três formas segundo Stiglitz (2013): atividades de “rent-seeking, medidas governamentais que favorecem os que estão no topo da pirâmide social, os mercados e as forças sociais (discriminação)” (Stiglitz, 2013:89).

As sociedades contemporâneas têm obtido grandes êxitos nos mais diversos sectores com ênfase nas áreas tecnológicas e científicas. Porém ainda observamos que as sociedades continuam com problemas que ainda estão longe de serem resolvidos, que por sua vez têm sido diminuídos mas que se pode dizer que estão muito distantes de terem sido extintos. Falamos propriamente das desigualdades sociais que continuam acentuadas.

Vários têm sido os autores das ciências sociais e económicas que se debruçam com a questão das desigualdades, um deles é Milanovic (2012), que afirma que o “mundo é um lugar muito desigual” (Milanovic, 2012:119), mas que também é desigual de uma maneira particular, sendo que a maioria da sua desigualdade vem de uma grande diferença entre os rendimentos médios nacionais. O mesmo autor continua a apresentar a desigualdade como “fenómeno relacional”. Todos os seres humanos se relacionam, só existe desigualdade se existir alguém, ou seja, as desigualdades existem porque nos relacionamos com outrem. A desigualdade fundamenta-se quando um determinado grupo partilha determinadas características como formas de governação, credo religioso, fontes históricas e a língua.

Enquanto que Stiglitz (2013), faz uma análise histórica de como se processa o fenómeno desigualdade começando por desenvolver a ideia de “concentração de poder” dando o exemplo da sociedade pré-capitalista, na altura em que o poder estava concentrado na religião e tudo se explicava por meio dela, ou seja, “a desigualdade justificava por meio da religião” (Stiglitz, 2013:90), o divino decidia quem deveria estar no topo e questionar isso era opor-se à vontade de Deus. Enquanto que para

os Gregos “a desigualdade estava ligada ao poder militar” (Stiglitz, 2013:90), a ocupação militar justificava a acumulação. Na antiguidade a filosofia aceitava homens que dominavam outros homens para cumprirem com os seus objetivos pessoais, nesta época podemos ver a “justificação das desigualdades através do poder” (Stiglitz, 2013:90). Com o Renascimento e Iluminismo observamos uma nova forma de ver a dignidade dos homens, a Revolução Industrial fez emergir uma nova subclasse urbana que trouxe nos hábitos e costumes no seio da própria sociedade, isto fez com que se arranjassem novas formas de justificação das desigualdades.

Para Costa, (2012) as desigualdades sociais interligam entre si de modos variáveis, como se interligam com muitos fenómenos sociais de diversos tipos, níveis, amplitudes e temporalidades. Podemos observar que as desigualdades se interligam e relacionam, por exemplo o pouco investimento em educação trará como resultado o baixo índice de desenvolvimento humano. Toda e qualquer sociedade que investir em educação terá como resultado o crescimento em todas as esferas, quer económica, social e política porque terá recursos capazes de desenvolver e contribuir para produzir riqueza, esta riqueza gerará melhoria das condições básicas da sociedade, tais como: alimentação, educação, saúde, emprego, infraestruturas sociais, saneamento básico, eletricidade e a indústria.

Já Stiglitz (2013) introduz uma abordagem moderna destacando três elementos que influenciam sobre a desigualdade que são: a globalização, tecnologias e o terceirizado. Sendo que à medida que a globalização vai-se instalando pelo mundo tende a integrar os diversos países fazendo com que as relações entre Estados se tornem uma, devido à facilidade de informação bem como à comercialização de produtos, elevando na maior parte das vezes aqueles que tem as suas condições básicas estruturadas fazendo com que os outros países dependam dos mais fortes. Com as novas tecnologias podemos observar que há uma grande transformação naquilo que consideramos como trabalho tradicional, tendendo muitas das vezes à redução de pessoal em substituição por máquinas. Este processo é vantajoso quando feito sobre regras e gera outras formas de trabalho humano. Enquanto que a terceirização ajuda as organizações a descentralizar a administração da mesma, porém tende a facilitar na maior parte das vezes a precariedade no mundo trabalho.

1.2. Tipos de desigualdades

As desigualdades por sua vez apresentam-se de formas ou tipos diferentes sendo que a divisão proposta por Milanovic (2012), destaca três tipos de desigualdade: o primeiro tipo é o de desigualdade entre indivíduos de uma única comunidade que é o tipo de desigualdade de uma nação; o segundo é o de desigualdade de rendimentos entre países e nações aqui podemos observar que é aquele tipo de desigualdade perceptível no acesso à informação, ao viajarmos pelo mundo, podemos ver que em determinado lugar as pessoas são ricas em outros lugares pobres; o terceiro é o de desigualdade global este tipo de desigualdade resulta da junção dos dois tipos de desigualdades apresentados acima

desigualdade entre cidadãos de um país e a desigualdade entre países, importante referir que aqui a globalização desempenha um papel chave porque ela facilita a comparação destas diferentes qualidades.

Por sua vez, Costa (2012), afirma que existem três grandes conjuntos de desigualdades no mundo que são: o primeiro conjunto é o de desigualdades vitais que tem a ver com vida e a morte, por sua vez converte-se em indicadores como esperança média de vida, taxa de natalidade, taxa de mortalidade. Têm como finalidade, comparar as desigualdades entre as populações mundiais, bem como a medição dos mesmos fenómenos ao longo dos tempos e o impacto que isso tem sobre as economias. Ajuda a identificar a prevalência de certas doenças para as ajudar a prevenir e enfrentar através de uma planificação e a busca de recursos de saúde para o combate dos mesmos. Já o segundo conjunto refere-se às desigualdades existenciais e tem a ver com a falta de reconhecimento ou o reconhecimento injusto dos indivíduos. Aqui estamos a falar da desigualdade de liberdade, direitos, reconhecimento e respeito de que os indivíduos e grupos podem usufruir em sociedade. Podemos neste grupo refletir sobre os indicadores como a discriminação, liberdade de expressão, estereótipos e humilhações. Por fim temos o terceiro conjunto que se refere às desigualdades de recursos, geralmente são as mais frequentes comparando com as anteriores, analisadas pela sociologia e outras ciências. De forma direta elas tratam dos seguintes aspectos: desigualdade de rendimento, riqueza, escolaridade, qualificação profissional, competências cognitivas, culturais, hierarquia nas organizações e acesso a redes sociais.

Podemos observar que todos os tipos de desigualdades de uma ou de outra maneira interligam-se por serem interdependentes. Nota que as vitais são as básicas, é preciso existir vida para planificarmos economia e distribuírmos os recursos.

Para analisarmos a desigualdade, Rodrigues (2014), propõe que façamos uma avaliação sobre o rendimento das famílias que são considerados como intermediários para os recursos de que dispõe e para as condições de vida que pode auferir. As famílias têm rendimentos necessários para viver sempre que conseguirem adquirir aquilo que lhes é necessário, isto é, de forma monetária e não monetária.

Já Wilkinson e Pickett (2009), afirmam que se pode constatar que “quanto mais elevado for o valor no índice de problemas sociais e saúde pior será a situação da população” (Wilkinson e Pickett, 2009:41- 44). Desta forma, podemos ver que os países que têm maior desigualdade são os que apresentam mais problemas com as questões de saúde, níveis de confiança, doenças mentais, esperança de vida e mortalidade infantil, obesidade, desempenho escolar infantil, gravidez na adolescência, homicídios, mobilidade social e pessoas presas. Observamos que todos estes problemas desestabilizam a sociedade e têm grande reflexo sobre a economia nacional. Por norma, as melhores economias tendem a ter menos desigualdades, visto ser necessário investir seriamente naquilo que é básico para existir uma aproximação entre o topo e a base.

Segundo Stiglitz (2013), a desigualdade depende da distribuição de capital financeiro e humano. Podemos observar que o capital financeiro no ideal de distribuição por pessoa ajudaria a diminuir as desigualdades, porém não é possível fazê-lo, senão estaríamos a criar a ideia de igualdade, que não é possível devido à lógica de que cada um deve usufruir do que semeou. Seria bom que os governos facilitassem ou criassem políticas de acesso ao trabalho digno para gerar produção isso facilita a distribuição equitativa no seio das sociedades.

1.3. Pobreza

A pobreza é um dos males que enferma todas as sociedades, sendo que ela em alguns contextos é manifesta de forma severa comparando com outras, isso desperta o interesse do estudo desse fenômeno. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, (2015), são apresentados dados de melhorias mas que no entanto no mundo ainda “existem cerca de 2,2 milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza multidimensional.

Ainda o PNUD (2015) ao tratar da pobreza afirma que entre 1990 e 2015 a pobreza de rendimentos diminuiu em cerca de dois terços em países em desenvolvimento, o número de pessoas em pobreza extrema diminuiu de 1,9 mil milhões para 836 milhões. Verificou-se uma diminuição na taxa de mortalidade infantil, e um aumento no número de pessoas com acesso a água potável. Foram criadas novas estruturas de saneamento básico. O relatório realça ainda que a criação de emprego ajuda a diminuir a pobreza.

Para Costa (2008), o conceito de pobreza é apresentado de diversas concepções, como o de absoluto de pobreza, o conceito relativo, a definição subjetiva, a pobreza persistente ou temporária, etc. Acaba-se por optar por uma noção de pobreza medida como uma situação de privação por falta de recursos. Apesar de relacionadas, estas duas dimensões (privação e falta de recursos) são distintas, quer na sua natureza quer na forma como poderão ser resolvidas.

Enquanto que Capucha (2005) afirma que existem várias perspectivas teóricas, representantes das tradições: a perspectiva culturalista que assente no conceito de cultura de pobreza e a outra a perspectiva socioeconómica tem sido usado no ponto de vista político, hoje a segunda é a dominante em termos de pesquisa científica. O autor afirma que a pobreza socioeconómica interessa-se pelo estudo da distribuição de recursos económicos, despesas – rendimentos. É dentro desta perspectiva que se aborda conceitos como pobreza relativa que está ligada a desigualdade onde vemos a diferenciação negativa das pessoas, famílias e grupos encontram-se excluídos daqueles padrões socialmente aceites. A pobreza absoluta está ligada ao aspecto da subsistência em que pessoas, famílias e grupos cujos seus recursos são insuficientes para a satisfação das necessidades básicas e a pobreza subjetiva onde se encontram uma série de indicadores de pobreza utilizados no discurso ou debate político usado na comunicação

social, a posição relativa das pessoas, famílias e grupo. Aqui elabora-se um critério para determinar o mínimo rendimento que consiga dar certa dignidade de vida.

Sen (2000), apresenta-nos uma abordagem diferente, ele diz que a pobreza não deve ser vista apenas na perspectiva tradicional, a pobreza deve ser vista como a privação de capacidades básicas, não colocando a perspectiva tradicional de lado, o autor sublinha que a baixa renda faz parte dos indicadores de privação das capacidades de uma pessoa. A perspectiva da pobreza como privação das capacidades é importante porque ajuda a perceber como fazer uma análise para buscar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação, tirando a atenção dos meios focalizando nos fins. A privação tem uma abordagem de discernimento adicional ela está mais ligada a justiça social daí a sua relevância, Sen (2000). Ainda de acordo com Sen (2000) as regiões mais pobres do mundo, nomeadamente a Ásia e África subsaariana, essencialmente são zonas que apresentam níveis mais baixos de renda per capita. O autor realça também que esta perspectiva não nos dá a ideia adequada da natureza e suas respectivas privações nem tampouco nos dá possibilidade de comparar a pobreza. Já na perspectiva da privação das capacidades básicas obtemos um quadro esclarecedor com informações da vida dessa parte do mundo.

De acordo Lucio (2007), a pobreza é um “fenômeno multicausal” onde para o percebermos precisamos estudar os seus fatores complexos apontando o exemplo dos fenômenos colonização como sendo uma das causas bem como a má distribuição dos rendimentos, questões geográficas onde o solo pode ser ou não fator de pobreza, assim como a privação de direitos. Lucio, (2007) aponta três tipos de pobreza e diferencia-os sendo que a primeira é a “pobreza extrema”, aquela em que as famílias não conseguem o básico para sobreviver; a segunda é a pobreza moderada onde as necessidades básicas são satisfeitas só que de forma errada (dieta) a terceira pobreza relativa que geralmente tem a ver com nível de renda gerado pelas famílias que está abaixo daquilo que se entende como média comparada com as médias nacionais, regionais e mundiais. A pobreza relaciona-se com uma “dimensão económica”, onde o poder aquisitivo não satisfaz os anseios das pessoas, ou seja, os seus rendimentos não lhes dão capacidades de aquisição com o fim de satisfazer as necessidades, tendo aqui presente a ideia de exclusão social, uma vez que os mesmos são afastados dos centros de produção de riqueza, e afastados, estes não têm qualidade de vida, por estarem privados dos recursos básicos para garantir a sua existência, Lucio (2007). Assim no âmbito do combate à pobreza, Lucio (2007) diz que os três tipos de pobreza devem ser combatidos de forma diferente por se tratar de um mesmo fenómeno mas circunstâncias diferentes, sendo que no primeiro caso, a pobreza extrema estratégias devem apontar prioritariamente para o fornecimento dos bens e serviços mais básicos, como a alimentação e a prestação de cuidados de saúde; já para o caso da pobreza relativa as políticas mais adequadas devem envolver, entre outros elementos, uma componente de educação e formação profissional, com o objetivo de facilitar o acesso a empregos com remunerações mais significativas. Ainda o autor afirma que o conceito de pobreza

deverá propor um conjunto de indigência independentemente da intensidade do fenômeno, sendo que o mesmo em primeiro lugar uma situação de pobreza associa-se a questão central e não negligenciável do acesso a um conjunto de bens serviços para uma existência digna, o não acesso estamos diante de pobreza, em segundo lugar a introdução do conceito de pobreza relativa onde ser pobre é ter menos do que os outros indivíduos pertencente ao mesmo tecido social, e finalmente o terceiro ponto, que insere uma abordagem diferente em que o autor afirma que o pobre está numa situação de indigência isso faz-lhe ter menor grau de autoestima e de confiança em si próprio, nota-se, portanto que as estratégias atuais de combate à pobreza colocam a ênfase na recuperação do indivíduo e nas suas capacidades, de forma a que o indivíduo se torne produtivo.

1.4. Estratégias de Combate à Pobreza

Para reduzir a pobreza é preciso ter uma estratégia elaborada tendo em com dois elementos na sua concepção: as imperfeições do mercado e um padrão de distribuição da renda. (Lucio, 2007 *apud* Rodgers, 1979)

Segundo Lucio (2007) para se combater a pobreza é preciso ter em conta duas preocupações fundamentais: a criação de emprego e a prática de salários justos. Com a criação do emprego pleno a sociedade obtém ganhos económicos, uma vez que os rendimentos das pessoas serão garantidos através de uma remuneração adequada as necessidades familiares, dando capacidades aos indivíduos de o garantirem de forma cíclica. O autor defende que se crie políticas ativas de criação e manutenção do emprego, tais medidas ajudarão a combater a exclusão social. Outro elemento apontado por Lúcio, (2007) *apud* Goldsmith e Blakely, (1991) tem a ver com o envolvimento das instituições locais na luta para a redução da pobreza, uma vez que elas podem agir de forma continua e persistente sobre os pobres da comunidade. Outro elemento ainda desenvolvido pelos autores tem a ver com a comunidade e os grupos comunitários que exercem sua atividade de forma direta sobre os pobres exercendo intervenção sobre questões de educação, formação técnico-profissional, habilidades sociais e fornecimento de abrigo e comida. Aqui podemos observar que o sucesso de um programa de combate e erradicação da pobreza depende da proximidade que se estabelece entre a aplicação e o controle, bem como o envolvimento local instituições, comunidade e organizações da sociedade civil empenhadas para o mesmo fim.

Lucio, (2007) afirma que a eficácia de um programa de combate à pobreza é garantida por dois fatores: a identificação correta e o envolvimento dos que necessitam da ajuda. Ele continua dizendo que combater a pobreza é “o incremento a participação cívica”, mobiliza-se pelo entendimento da cidadania que passa pela preocupação com aqueles membros da comunidade desfavorecidos. O mesmo autor apresenta três princípios fundamentais que presentes na elaboração de um programa de combate à pobreza: Combater a pobreza é também um dever de cidadania e de solidariedade, cumprir as funções do estado e por último um imperativo ético e de descoberta do valor da fraternidade universal.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

2.1. Modelo de análise da investigação

A interligação das desigualdades é um facto, uma vez que as desigualdades são caracterizadas de diversas maneiras. No presente trabalho o modelo de análise fundamenta-se nos seguintes conceitos e autores, desigualdades de recursos em (Costa, 2012) e as desigualdades de rendimentos Milanovic, (2012) por elas analisarem propriamente a ideia da distribuição dos recursos, uma vez que a má distribuição gera a pobreza, usaremos também Capucha, (2005:67-71) o seu conceito de pobreza socioeconómica na sua subdivisão de pobreza relativa, bem como Lúcio (2003) o conceito de erradicação da pobreza.

2.2. Estratégia de investigação

Definimos como estratégia de investigação a pesquisa intensiva ou qualitativa, segundo Costa, (2008:10-11) está variante realiza-se no terreno, adotando-a como uma unidade singular, em termos de espaço físico ou conjunto de elementos que possuem as mesmas características, o resultado da desta forma um estudo de caso.

O estudo foi realizado na província do Huambo, município da Caala e na comuna da Calenga, onde observamos a influência do programa de combate à pobreza tem na diminuição das desigualdades da região da Caála.

Por não termos acesso a localização dos entrevistados nem a uma lista contendo o nome do camponeses não tivemos elementos suficientes para montar uma amostra aleatória o que nos fez optar pela amostra em forma de bola de neve, onde buscamos um informante privilegiado nos levou até ao primeiro entrevistado que foi nos apresentou a 3 primeiras pessoas serem entrevistadas, posteriormente foi marcado as entrevistas para os dias seguintes, mas sempre seguindo a mesma lógica de bola de neve, cada entrevistado uma semente.

Quanto a Técnica e recolha de dados, Marconi e Lakatos (2012:111) afirmam que a entrevista é a conversação realizada face a face de maneira metódica, ela permite o entrevistador recolher toda a informação que ele acha interessante de acordo com os seus objetivos, na presente pesquisa usamos a entrevista semiestruturada, técnica flexível onde criamos tópicos ligados a teoria e os objetivos da investigação, as mesmas duraram cerca de 30 minutos por entrevistado, conseguimos entrevistar 10 camponeses, dos quais priorizamos a diversidade do que a quantidade, quer por idade, sexo e localização geográfica, sendo que demos por concluída no momento em que consideramos que atingimos a exaustão em termos de respostas, é importante salientar que as entrevistas foram todas gravadas com a prévia solicitação e autorização do entrevistado.

Para fundamentar melhor a investigação fizemos análise documental, onde tivemos acesso a informação do programa de combate (documentos oficiais) a pobreza, decreto-lei e dados estatísticos (INE, 2016).

Aliado a isso foi feita entidades a dois membros do governo da província do Huambo detentores de um saber técnico e estratégico em termos da política de implementação do programa. Entrevistamos membros da sociedade civil como ONG, Associações, autoridades tradicionais que tem também uma visão acerca do desempenho do programa numa visão crítica e até certo ponto contraditória mas porem favorável a esse tipo de iniciativas governamentais.

Quanto a caracterização da amostra, entrevistamos cerca de 10 camponeses dos quais tivemos 6 indivíduos do sexo masculino e 4 do sexo feminino, tendo atingido a exaustão explicando assim o número de entrevistas. Quanto a escolaridade encontramos bastante variabilidade onde destacamos que maior parte dos camponeses está entra a quinta classe e a oitava classe, tendo exceções de pessoas a frequentar ensino médio, universidade e outros com licenciatura. Quanto a idade observamos que a idade média dos camponeses é de 40,8 anos, o que nos leva a concluir que é uma atividade praticada por adultos. Quanto a localização observamos que 6 dos entrevistados estão a residir na comuna da Calenga, 3 no município sede da Caála e 1 no município do Huambo.

Após a realização das entrevistas realizamos a análise de conteúdo para filtrarmos e analisarmos a informação colhida mediante a entrevista semiestruturadas, segundo Bardin, (1977:90-91) a análise do conteúdo da entrevista é uma tarefa muito delicada, para analisarmos construímos grelhas de análise onde privilegiamos aspectos ligados aos objetivos da investigação ligados a teoria, posteriormente fomos encontrando semelhanças e diferenças entre as diversas entrevistas.

CAPÍTULO III - CONTEXTUALIZAÇÃO

Angola é um país localizado na África Subsaariana, tem uma extensão territorial de 1.246.700 Km², atualmente o país possui 25.789.024 milhões de habitantes de acordo com o censo geral realizado em 2014. Não obstante a isso Angola é um país que viveu durante muitos anos em guerra, salientamos que é um país jovem com pouco mais de 40 anos de independência. Angola alcançou a paz efetiva há cerca de 14 anos, ao longo deste tempo tem-se verificado um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), bem como o interesse do Estado em colmatar as deficiências gritantes na área social. Com a paz houve um esforço do Estado em criar condições para a prática da agricultura, quer familiar como a empresarial.

Foram quatro os desafios desenhados para que a produção agropecuária voltasse, o primeiro foi a desminagem das áreas de cultivo bem como as áreas de acesso, o segundo reabilitar estradas e pontes para ligar o país de Cabinda ao Cunene e do mar ao leste, o terceiro a reabilitação do caminho de ferro de Benguela que permite ligar e facilitar o transporte de pessoas e bens e por fim o quarto o repovoamento do gado para tração. Salientamos que tal esforço tem vindo a ser feito com parceiros sociais do governo.

Com a crise financeira mundial e tendo criado as condições mínimas e outras ainda em andamento, virou-se a página e começou-se a pensar na diversificação da economia angolana, dando maior realce para a agricultura e a indústria. Em 2013 cria-se o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que tem como linhas de força a Modernização e Sustentabilidade do Desenvolvimento, centrada na Estabilidade e Crescimento e na valorização do Homem Angolano. O PND tem uma duração a curto prazo, isto é, de 2013 a 2017, a ideia é poder fomentar Alimentação e Agroindústria, Energia e Água, Habitação, Transportes e Logística (Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 2012). Aliado ao PND que é uma política de governação central, cria-se o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), que é gerido pela Comissão Nacional de Combate à Pobreza, estabelecendo os seguintes objetivos: reduzir os níveis de pobreza, com especial enfoque no meio rural, promover e alargar a base de acesso de toda a população aos serviços básicos e impulsionar o crescimento e desenvolvimento local (CNCP, 2014). Assim sendo a Comissão Nacional de Combate à Pobreza (CNCP) estabelece áreas prioritárias que são Projeto Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, Cuidados Primários de Saúde, Programa Água para Todos, Programa Merenda Escolar, Transferência Social Produtiva: Ajuda para o Trabalho. O programa até ao ano 2014 teve um investimento de 106 Mil Milhões de Kuanzas.

De acordo com o Ministério do Comércio (2014) o Papagro tem os seguintes objetivos: redução da pobreza, criação de emprego e de renda, em especial para mulheres e jovens, organização dos circuitos de comercialização a nível nacional, através da criação de infraestruturas (Armazéns,

Entrepósitos Frigoríficos, Lojas, Centros Logísticos de Distribuição) e uma rede de transportes, redução das perdas pós colheita por parte dos produtores e por último valorização da produção através do beneficiamento e controle da qualidade. A mesma fonte informa que o programa beneficiou cerca de 425.866 de camponeses, ao nível de 18 províncias de Angola.

Segundo Rocha (2013) em Angola existem cerca de 2,6 milhões de agricultores familiares, sendo que este número vem crescendo, em 2010 (1,9 milhões), em 2011(2,1 milhões), tais agricultores têm sido assistidos pelo Ministério da Agricultura nas áreas de transferência de tecnologias, introdução de boas práticas e estabelecimento de ligações com o mercado. O mesmo autor subdivide os camponeses em dois tipos: os do sector familiar e os do sector empresarial.

No presente estudo, escolhemos a província do Huambo, Município da Caála e a Comuna da Calenga do mesmo município. De acordo com Chaves *et al.*, (2011) a comuna da Calenga localiza-se a 12 quilómetros do município da Caála, tem uma superfície de 389,23 Km², cerca de 52 aldeias e uma população estimada de 32,681 corresponde a uma densidade populacional de 84 pessoas por Km², destaca que a Calenga tradicionalmente é produtora de hortícolas, geograficamente está bem localizada por nela passa uma estrada nacional que liga a província do Huambo a província de Benguela, a linha de ferro do caminho de ferro de Benguela cruza também a comuna da Calenga, que facilita ainda mais a circulação de pessoas e bens.

De acordo com o Ministério do Comércio (2016), a província do Huambo contribuiu no período de novembro de 2013 a dezembro de 2014 com cerca de 4.630.596,00 de quilos de produtos diversos para o PAPAGRO, sendo que mais de 60% dessa produção saiu do Município da Caála e da comuna da Calenga. Daí a relevância do estudo em escolher o município. O sucesso em termos dos números apresentados está ligado ao potencial natural e ao *habitus* agrícola das populações, o município tem uma ampla região de vales, dando realce ao corredor do Vale do Calai que produz o ano todo por ter acesso a água e um solo relativamente fértil. Aliado a isso tem áreas que dependem da chuva e fazem recursos a fertilizantes para produzir. De acordo com Alberto (2013) a comuna da Calenga possui 41.000 hectares em que cerca de 25.000 disponíveis para a comunidade rural, sendo que aos empresários são concedidos 5500 hectares. As principais alterações observadas nas condições de vida associados a implementação do PAPAGRO pelo Ministério do Comercio foi o aumento das áreas de cultivo dos camponeses, melhoria das condições da habitação, acessos a escola dos filhos e de alguns camponeses, aquisição de meios de transporte, entrada no circuito bancário que facilitou o acesso ao registo de nascimento e a criação de trabalho temporário dentro das comunidades beneficiadas.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DA INFORMAÇÃO RECOLHIDA E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. Análise das entrevistas aos camponeses do município da Caála

Ao desenharmos a presente investigação propusemo-nos *analisar os efeitos do programa de combate à pobreza na diminuição das desigualdades sociais em Angola*. Tal levou-nos ao terreno, com o intuito de efetuar o trabalho de campo, que se circunscreveu na realização de entrevistas semiestruturadas contendo os aspectos essenciais que conduziram as nossas atividades durante o tempo em que estivemos em contato com a realidade dos camponeses. É com base nestas entrevistas que, fazemos a análise que segue, aos diferentes indicadores socioeconómicos, nomeadamente: a caracterização sócio demográfica, habitação, educação, saúde, nível de conhecimento do programa, mudanças na atividade do campo, nível de satisfação dos camponeses para com o programa, comparação da situação presente com a anterior dos camponeses, cooperativismo, falhas identificadas pelos camponeses ao longo do programa e por fim as vantagens sociais do programa na comunidade de camponeses.

4.1.2. Características sócio demográficas

Da análise sócio demográfica são apresentados elementos importantes como a idade, sexo, habilitações literárias, local de residência e o número de filhos por entrevistados.

Tabela 4.1.2.1 - Características sócio demográficas

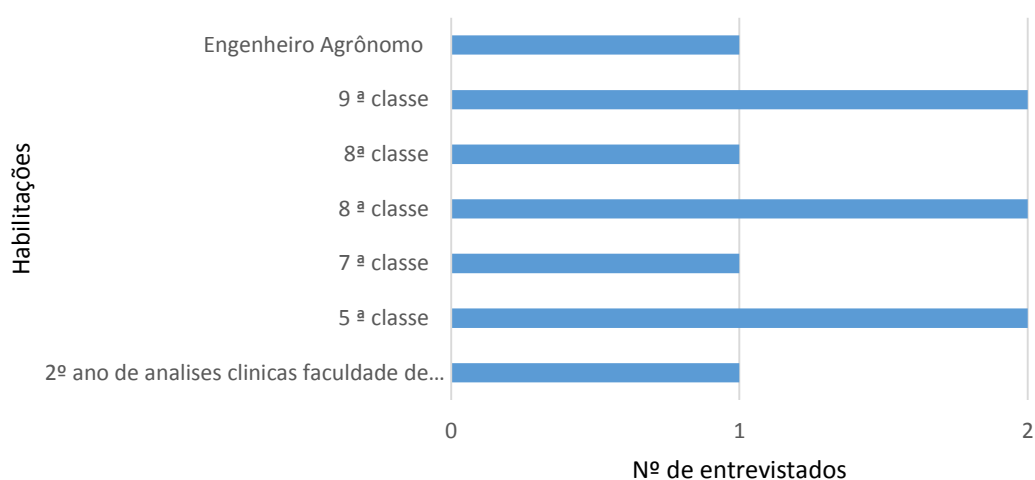
ENTREVISTADO	SEXO	IDADE	HABILITAÇÕES	RESIDÊNCIA	Nº FILHOS
JOHN	M	44 anos	8ª classe	C. da Calenga	8
NONDJAMBA	F	38 anos	5ª classe	C. da Calenga	7
JAMBA	F	30 anos	9ª classe	Município da Caála	7
NASSOMA	F	34 anos	8ª classe	C. da Calenga	6
MARTA	F	26 anos	2º ano de análises clínicas faculdade de medicina da UJES	Município da Caála	Não tem filhos
ANDERSON	M	47 anos	Engenheiro Agrônomo	Município do Huambo	3
NDUDUMA	M	47 anos	5ª classe	C. da Calenga	8
SECULO	M	43 anos	8ª classe	C. da Calenga	8
SAMANDJATA	M	52 anos	9ª classe	Município da Caála	8

TCHISSINGUI	M	47 anos	7ª classe	C. da Calenga	9
-------------	---	---------	-----------	---------------	---

Fonte: Entrevistas Realizadas na Caála

A maioria é do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 26 e os 52 anos de idade, maioritariamente têm até ao 3º ciclo de estudos, sendo que uma agricultora tem frequência universitária e um agricultor tem habilitações ao nível da licenciatura. São maioritariamente do Município da Caála e têm um número de filhos alargado, a maioria tem entre 7 e 9 filhos, havendo apenas uma agricultora, que por ser a mais jovem e talvez por frequentar a universidade, que não tem filhos.

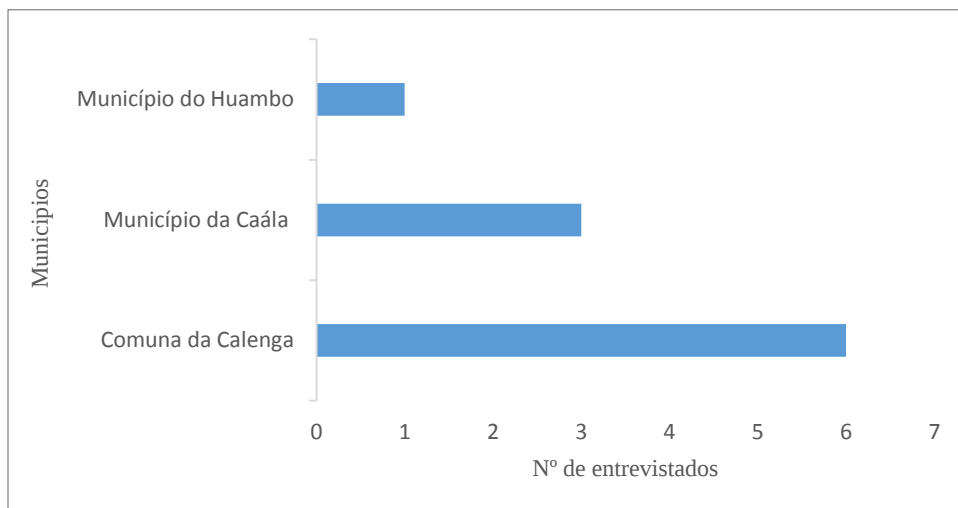
Figura 4.1.2.2 -Habilitações literárias por entrevistado



Fonte: Entrevistas Realizadas na Caála

Dos entrevistados observamos que maior parte dos camponeses não tem o ensino fundamental concluído, sendo que encontramos um camponês a frequentar a licenciatura e outro já com este nível de ensino concluído.

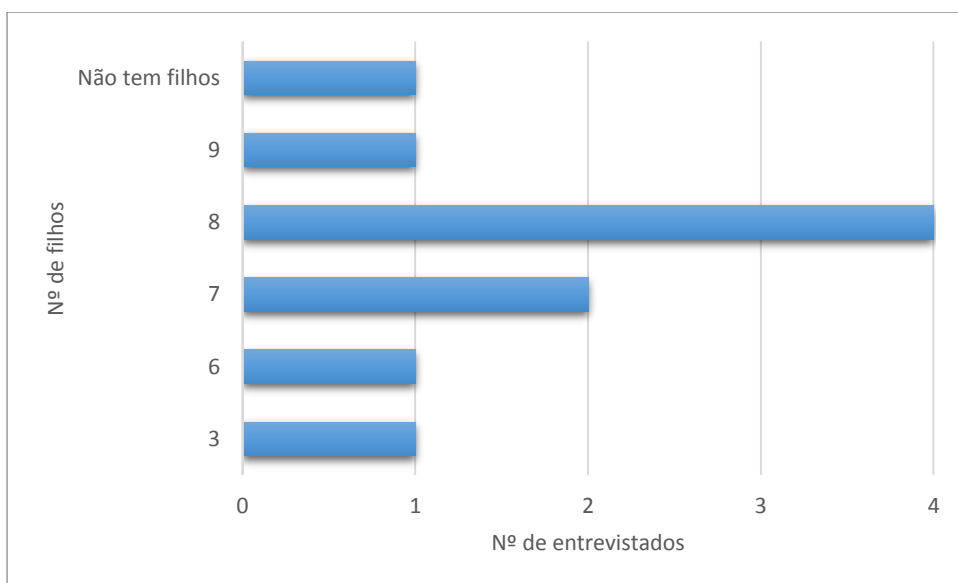
Figura 4.1.2. 1- Local de residência por entrevistado



Fonte: Entrevistas Realizadas na Caála

Dos entrevistados observamos que a Comuna da Calenga é a região que tem maior parte dos camponeses abrangidos pelo PAPAGRO, sendo que é a área onde todos os camponeses realizam a sua atividades agrícola.

Figura 4.1.2. 2- Nº de filhos por entrevistado



Fonte: Entrevistas Realizadas na Caála

Quanto ao agregado familiar podemos concluir que as famílias de camponeses são muito grandes, onde a tendência é de que cada família tenha mais de 7 filhos.

Tabela 4.1.2.2 - Condição da habitação e Escolaridade dos filhos

ENTREVISTADO	Condições da casa	Escolaridade dos filhos
JOHN	1. Casa própria; 2. Construída de bloco; 3. Água do poço, 4. Energia alternativa.	1 filho – 10^a 1 filho - 8^a 1 filho - 7^a 2 Filhos 6^a 1 Filho 4^a 1 Iniciação
NONDJAMBA	1. Casa própria; 2. Construída de adobe; 3. Sem água corrente e energia elétrica.	1 filho 7^a 1 filho 6^a 1 filho 5^a 1 filho 2^a 1 filho 1^a
JAMBA	1. Casa própria; 2. Casa de adobe 3. Sem corrente elétrica 4. Sem água corrente	1 Filho 8 1 Filho 6 1 Filho 5 1 Filho 4 1 Filho 2 1 Filho iniciação
NASSOMA	1. Casa própria; 2. Construída com adobe; 3. Energia da rede; 4. Água da cacimba.	1 filho 8^a 1 filho 6^a 1 filho 3^a 1 filho 2^a

MARTA	1. Tem casa própria (pai) 2. Casa de bloco 3. Tem energia da rede publica 4. Tem água da rede publica	Não tem filhos
ANDERSON	1. Duas casas próprias; 2. Energia elétrica da rede 3. Água corrente	2 Colégio (ensino de base)
NDUDUMA	1. Casa própria; 2. Casa de bloco; 3. Energia da rede; 4. Água da cacimba.	1 Filho 10 ^a 2 Filho 8 ^a 1 Filho 6 ^a 1 Filho 5 ^a 1 Filho 4 ^a 1 Filho 3 ^a
SECULO	1. Casa própria; 2. Fonte de energia alternativa 3. Água da cacimba	1 Filho 8 ^a 1 Filho 6 ^a 1 Filho 5 ^a 1 Filho 4 ^a 1 Filho 3 ^a Pré-escolar
SAMANDJATA	1. Casa própria; 2. Casa de bloco; 3. Tem energia da rede; 4. Tem energia da rede	1 Filho Mestre 5 Filhos técnicos médios 2 Filho Frequência universitária;

TCHISSINGUI	1. Casa de bloco;	1 Filho 10 ^a
	2. Energia alternativa	1 Filho 8 ^a
	3. Sem água corrente uso de água da cacimba	1 Filho 7 ^a
		2 Filhos 6 ^a
		1 Filho 4 ^a
		Iniciação

Fonte: Entrevistas Realizadas na Caála

4.1.3. Habitação

Ao analisarmos a situação da habitação dos camponeses envolvidos pelo programa, observamos que os camponeses têm a situação da habitação resolvida, porém observamos que muitas pessoas ainda vivem de forma precária, isto é, pessoas que vivem sem luz elétrica da rede normal e água potável, obrigando muitos camponeses a adquirir geradores o que contribui para o aumento das suas despesas familiares e com a produção.

De acordo com o PNUD (2006), que dá a sua atenção as questões da *água e saneamento básico*, afirmam que no mundo no ano de 2004 cerca de 1,1 mil milhões de pessoas vivem sem água melhorada e 2,6 mil milhões de pessoas vivem sem acesso a um saneamento básico melhorado. Dentro desta análise o mesmo relatório destaca que dos números apresentados cerca de 314,0 milhões e cerca de 436,7 milhões sem acesso a um saneamento básico melhorado, estão na África subsaariana região onde Angola está localizada.

De acordo com a ONU (2012), apenas 61% das pessoas na África Subsaariana têm acesso a fontes de abastecimento de água tratada. O PNUD (2006) na análise que faz acerca da água e o saneamento básico aponta que estes dois elementos são motores poderosos para o desenvolvimento humano, uma vez que eles possibilitam alargar oportunidades, dar dignidade às pessoas, melhoria no ciclo de saúde e ajudam no crescimento da riqueza. A ONU (2012), destaca que o mundo está muito longe de atingir a meta acordada no que tange ao saneamento básico, observa-se que em 10 pessoas numa área rural cerca de 7 vivem sem saneamento básico, 2,5 mil milhões de pessoas no mundo vivem sem saneamento, isto é, pessoas que não tem acesso a banheiros ou latrinas.

O censo geral da população revelou que em Angola cerca de 6,5% em área urbana e 1,22% em área rural tem sanitas ligadas a uma rede pública de esgotos, enquanto que em termos de sanitas ligas a fossa sépticas na área urbana temos cerca de 71,13%, na área rural 25,94%, já para o uso de retrete ou latrinas ligadas a fossa séptica em área rural destaca-se que cerca de 67,07% fazem o uso desta

modalidade, em área urbana cerca de 19,54%. Salienta que em Angola a população que vive na área rural cerca de 67% dos agregados usam o mato, capim e ao ar livre para defecar, INE (2016) daí podemos observar os relatos dos camponeses.

Nondjamba é o exemplo desses camponeses que vivem sem luz e água até à data, porém tem uma casa própria:

“Sim... tenho uma casa” ... “A casa é de adobe, o WC está fora de casa, não tem energia”

Nassoma é outro exemplo que temos para exemplificar:

“Sim, é mesmo minha” ... “é de adobe, tem energia da rede normal, tem água da rede usamos também água da cacimba”

Por outro lado, notamos que o programa ajudou muitos camponeses a melhorarem a sua situação de habitação, migrando de casas de adobe para casas de blocos gerando assim maior conforto para os camponeses e seus familiares. Outro aspecto relevante observado, é característico nestas populações a capacidade de criar habitações, o que lhes possibilita não viver em casas alugadas, o que lhes permite economizar o pouco dinheiro ganho com a produção agrícola. Por outro lado encontramos um pequeno grupo de camponeses que tem propriedades, tendo habitações até certo ponto de luxo, em comparação com a maioria, com localização privilegiada e em locais com saneamento básico, nomeadamente aqueles que vivem no centro do município da Caala, estes por sua vez têm casas com características urbanas, com energia elétrica da rede e fontes alternativas por opção, bem como água potável.

Tchissingui é o tipo que exemplifica bem como houve mudanças em sua habitação:

“Vivo em casa própria, construída de bloco, construí outra casa no município da ... de Bloco, mais tenho uma casa no ..., a casa de bloco esta foi construída há 2 anos. Não tenho água nem luz, estamos à espera da luz, o governo já fez o cadastro que indica que o bairro terá energia elétrica em breve”

Destas declarações podemos inferir que, existe a necessidade de os camponeses fazerem um esforço para melhorar as suas condições de habitação, já que a maioria vive em casas construídas de adobe, por estarem localizadas em regiões com ausência de saneamento básico, luz e água. Isto faz com que as mesmas populações tenham outros problemas nomeadamente problemas de saúde.

4.1.4. Educação

Relativamente à educação, claramente visível o interesse da parte dos camponeses com a educação dos filhos por um lado, e por outro observamos que da parte do governo houve investimento em escolas, observamos que o município da Caála tem escolas tanto na sede quanto nas suas comunas, o que facilita os filhos dos camponeses tem acesso à escola dentro da comunidade.

De acordo com a UNESCO (2001), a Lei Base do Sistema de Educação publicado pela Assembleia Nacional Angolana em dezembro de 2001 no seu artigo 1, A educação constitui um processo que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, económica e social do País e que se desenvolve na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação científico - técnica, nos órgãos de comunicação social, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas e através de manifestações culturais e gimnodesportivas. No seu artigo 7º tipifica que a educação em Angola é gratuita, sendo que o ensino geral da primeira classe até à nona classe a lei prevê a gratuidade do ensino nesta fase, enquanto que nos outros níveis de ensino tem exigência do pagamento da inscrição, da assistência às aulas, do material escolar e do apoio social nos restantes níveis de ensino, constituem encargos para os alunos, que podem recorrer, se reunirem as condições exigidas, à bolsa de estudo interna, cuja criação e regime devem ser regulados por diploma próprio. Destaca-se que o ensino primário em Angola é de carácter obrigatório.

Outro aspecto relevante, em termos de educação, é o facto de os camponeses comparticipam com um valor para pagar os estudos dos filhos da 5ª classe para a 12ª classe, sendo que a comuna da Calenga tem uma escola do primeiro ciclo, enquanto que os alunos quando chegam ao médio têm de ir estudar na sede do Município da Caála, onde encontramos escolas do ensino médio.

Existe um grupo de camponeses que têm filhos com frequência universitária. Estes estudam na sede da província, Huambo, sendo que os que estudam no período diurno não pagam propinas, já no período noturno todos pagam propinas.

Tchissingui também é o exemplo que trazemos porque ele em termos de educação caracteriza bem a situação dos camponeses, sendo que a comunidade tem uma escola do primeiro ciclo, isto é, da iniciação até à nona classe, depois dessa fase os filhos têm de mudar para outros municípios que tem o ensino médio:

“Eu tenho 7 filhos, estudam... um estuda a 12ª Classe, outro a 10ª Classe, o outro estuda 7ª Classe, outro estuda a 6ª Classe, uma a 1ª Classe e uma está na iniciação” ... “Não tem o meu filho foi transferido para o ... para estudar no IMNE, pagamos propinas anuais de 4.500,00AO, os outros também estão a pagar: o da 10ª Classe está a pagar 500AO o da 7ª Classe e outros estão a pagar 250AO, pagamos mensalmente este valor” ... “Todos meus filhos estão a estudar o da 12ª Classe está estudar fora da comunidade... os outros estão na escola da comunidade”

Observamos que os valores gastos pelos camponeses na educação afetam claramente na renda mensal, daí a necessidade de se fazer cumprir as Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE), no sentido de eliminar as comparticipações nas classes que são legalmente isentas de pagamento, nomeadamente o ensino geral, da iniciação até à nona classe.

4.1.5. Saúde

De acordo com a Connor (2010), na avaliação que fez do sistema de saúde angolano, observamos que houve bastantes avanços em termos de infraestruturas ao nível do país dando maior destaque para a questão da descentralização dos serviços de saúde, uma vez que Angola herdou o sistema colonial, sistema este que era bastante elitista, ou seja, o sistema não era voltado para as pessoas. Durante muito tempo manteve-se este mesmo sistema, isto agudizou ainda mais os problemas de saúde em Angola. Destaca que de 1976 a 1999 construíram-se na capital do país, Luanda cerca de 18 unidades sanitárias, enquanto que nas províncias de Benguela 18, do Huambo 6, Bié 3, Huíla 33; para as mesmas províncias para o período que vai de 2000 a 2006 Luanda 28, Benguela 50, Huambo 90, Bié 25 e Huíla 66.

A disponibilidade da prestação dos cuidados de saúde em Angola, como em muitas partes do mundo, apresenta uma relação negativa entre o campo e cidade. Isto é, quanto mais nos afastamos do campo, menor a existência de unidades hospitalares e similares. Contudo, da análise feita constatou-se que os camponeses têm hospital na comunidade, o que é positivo, o atendimento dos camponeses é gratuito desde as consultas até ao internamento, sendo que não existem medicamentos dentro do hospital isso faz com que os camponeses tenham que comprar em farmácias privadas os medicamentos para serem assistidos.

Quanto o acesso aos fármacos tem sido desafio do Ministério da Saúde ao longo dos tempos melhorar o acesso aos medicamentos com qualidade e a um preço aceitável para todos, daí resultam iniciativas como o Programa Nacional de Medicamentos, um novo mecanismo que tem dois objetivos, o aprovisionar e distribuir; daí a Direção Nacional de Medicamentos (DNME), faz a gestão completa desde a importação, identificação e o stock do mesmo (Connor, 2010).

Com a situação de crise que o mundo vive, Angola não foge à regra. Uma vez que não tem produção local de medicamentos depende de importações, esse motivo faz com que haja alguns recuos sendo que houve ruptura de stocks, o que leva muitas vezes a que os utentes dos serviços de saúde sejam forçados a comprar medicamentos para cuidados primários.

Nassoma diz o seguinte:

“Existe sim hospital. Apenas pagamos os medicamentos que os encontramos fora do hospital”

Jamba também apoia a mesma ideia dizendo o seguinte:

“Sim tem... é assim quando chegamos ao hospital somos atendidos depois da consulta o médico prescreve a receita e vamos comprar os medicamentos na farmácia fora do hospital, tendo-os o enfermeiro faz a medicação ao paciente”

Quanto as doenças que mais assolam, destaca-se a Malária, que afeta todas as faixas etárias. Já para as crianças destacam-se as doenças diarreicas agudas, bronquites, tosse e gripes. Nas senhoras destaca-se a mortalidade materno-infantil, a morte no parto de muitas mulheres sendo que observamos nas entrevistas cerca de três casos, o que é preocupante. Para os homens destacam-se o alcoolismo e a trombose, finalmente os idosos que tem doenças como a diabetes, trombose, hipertensão.

Samandjata diz o seguinte acerca das doenças

(...) “Os mais velhos... (Idosos) é mais hipertensão, Diabetes é o que mais se verifica principalmente hipertensão; As crianças são diarreias e vômitos ou seja malária... e nos últimos dias regista-se também muita tosse, dificuldades de respiração penso que seja bronquites; Para mulheres as idosas é mais a hipertensão, mas associa-se a diabetes, sim confirmo porque nos últimos dias as mulheres no estado de gestação ao fazer o parto tendem a morrer; nos homens a hipertensão também”. (...)

A mortalidade no seio dos camponeses constitui uma grande preocupação. Apesar dos avanços registados, ao nível das condições de saúde, que se reflete na redução da taxa de mortalidade em geral, a mortalidade materna e infantil ainda é gritante, necessitando de muita atenção para que se consiga ajudar as mulheres.

Nduduma afirma que o seguinte:

(...) “...as doenças das mulheres é muito mais o paludismo... morte no parto... aconteceu comigo, a minha mulher morreu ao ter o bebe e não aguentou faleceu e o bebe também.” (...)

Nassoma afirma:

“...para as mulheres é mais o parto que é perigoso morrem muitas no parto...”

Enquanto que com Nondjamba aconteceu:

(...) “Sim, morreu, quando estive a trabalhar no PAPAGRO, tive gêmeos da qual morreu no parto um dos gêmeos”(...)

O último relatório do UNICEF (2015) realça que a mortalidade infantil diminuiu entre os anos de 1990 a 2015 em todo o globo. O número de crianças que morrem ao nível do mundo é de 5,9 milhões de crianças com menos de 5 anos, o relatório destaca que 4 em 5 crianças que morrem no mundo estão na África subsaariana e na Ásia. O relatório destaca que Angola, situa-se atualmente em primeiro lugar em 193 países.

4.1.6. Nível de conhecimento do PAPAGRO

A socialização das medidas de políticas públicas, como é o caso PAPAGRO, por parte dos seus destinatários constitui facto decisivo para o seu sucesso, na medida em que permite um maior alinhamento dos envolvidos em torno dos objetivos.

Da análise feita observamos que os camponeses tiveram acesso de diversas formas, sendo que alguns tiveram conhecimento do programa através de um canal oficial, tais como pela Administração do Estado e via cooperativas agrícolas; outro grande grupo que é a maior parte teve acesso de forma informal, tais como, através de conhecidos, conversa entre camponeses, ou seja, a informação foi passando de camponês para camponês. É importante refletir qual a forma ideal para passar a informação para que não haja má compreensão do programa e daí saia a desinformação que poderá criar desânimo e uma fraca compreensão do que se quer. Verificou-se, também, que alguns camponeses confundem o PAPAGRO com outros projetos anteriores. Este facto fica visível quando grande parte dos camponeses indicaram datas anteriores a novembro de 2013 de acordo com os documentos oficiais do Ministério do Comércio, isso demonstra claramente duas questões: primeiro que a comunicação não foi passada devidamente isso levou os camponeses a não perceberem que o PAPAGRO era um novo programa diferente dos outros e com outros fundamentos; o segundo aspecto tem a ver com a forma como a informação foi passada, não obedeceu ao código de comunicação local, ou seja, uma “indigenação comunicação”, usando todas as formas locais e culturais para que os camponeses pudessem perceber.

Outro quesito que mereceu análise é o de procurar saber na visão dos camponeses o que é o PAPAGRO. Observamos que a maior parte dos camponeses não sabe o que é o PAPAGRO em termos de conceitos, tentando incidir mais no que ele faz do que no que ele é. A concepção dos camponeses acerca do PAPAGRO de forma geral é que o PAPAGRO compra os seus produtos, sem se importar com o ciclo de comercialização, isto é, saber que o PAPAGRO ajuda a escoar a produção oriunda do campo e que o seu dinheiro vem das vendas dos produtos dos camponeses, daí tirar-se-ia a ideia de que PAPAGRO compra, mas sim de ele escoar o produto do campo para outros mercados, não percebido isso faz com que os camponeses fiquem com expectativas muito altas, uma vez não correspondidas gera frustração. Outro aspecto fundamental da concepção correta vai ajudar os camponeses a melhorarem a qualidade da sua produção, bem como uma produção equilibrada dos produtos evitando desperdício, onde teremos produtos diversos e de qualidade.

Aqui é importante salientar que a visão sobre o PAPAGRO é diferente entre os pequenos e grandes produtores, os pequenos tem uma visão daquilo que o PAPAGRO faz, já os grandes produtores tem a visão estrutural do PAPAGRO por se sentirem indivíduos que participaram no grupo das negociações para resolverem o problema da venda dos produtos produzidos pelos camponeses.

Sendo assim apresentaremos a visão de um pequeno produtor e um grande produtor.

Samandjata é grande produtor ao responder como conheceu o PAPAGRO disse o seguinte:

(...) “ham o PAPAGRO... de princípios nós pertencíamos a uma cooperativa, então pertencendo a uma cooperativa tivemos muita dificuldade em vender os produtos, nós produzíamos mais as vendas estavam muito dificultadas o mercado as vezes ficava dificultado... então passamos a ter contato, isto é, falávamos muito com o governo, através das lamentações e não somos só nós a lamentar, sobre as vendas é assim que o governo achou que devíamos levar os produtos.... Apercebi-me mesmo via cooperativa. (...)

Jamba pequena produtora disse o seguinte:

(...) “do PAPAGRO... ouvi mesmo assim no público, entre os camponeses, lá tem uma casa chamada PAPAGRO... se você tem mercadoria leve lá, vais vender e te pagam o teu dinheiro, depois de escutar comecei a levar para lá os meus produtos, vendo lá!” (...)

4.1.7. Mudanças verificadas na atividade dos camponeses da Caála

Das respostas obtidas dos camponeses verificamos que as principais mudanças são: a facilidade na comercialização, o abandono do comércio informal, deixaram de fazer viagens interprovinciais, nomeadamente para Luanda e Benguela, houve um aumento em termos de ganhos financeiros comparativamente com a situação anterior. Os grandes produtores consideram as mudanças razoáveis destacando que facilitava apenas na rapidez das vendas. Apontam também que as mudanças aconteceram em grandes proporções para os outros não para eles, visto que o que eles idealizaram não foi o que o PAPAGRO executou, sendo que o programa não trouxe benefícios mas também não trouxe prejuízos.

De forma geral podemos afirmar que os camponeses todos reconheceram que houve um aumento em termos de produção, os camponeses ampliaram as suas zonas de cultivos, visto que a experiência numa primeira fase foi positiva, destacando que nalguns casos tiveram de deixar de usar a tração animal para usarem tratores uma vez que os mesmos já não satisfaziam a demanda. Para os grandes produtores houve aumento, sendo que a sua produção não estava voltada ao PAPAGRO, ou seja, eles já tinham outros locais para venda, aproveitando o PAPAGRO para facilitar as vendas, apontando o fator de limitação das quantidades a vender como sendo inibidor dos seus ganhos.

No aspecto financeiro encontramos dois grupos de camponeses, os pequenos produtores e os grandes produtores. Os pequenos produtores sentem-se satisfeitos, tendo afirmado que tiveram ganhos financeiros depois de venderem os produtos via PAPAGRO. Tais ganhos foram revertidos para a educação pessoal e dos seus filhos bem como na melhoria da habitação onde residem, compra de sementes e fertilizantes. Para os grandes produtores não consideram tal aumento uma vez que a produção manteve-se na mesma.

Voltamos aqui a apresentar uma visão do pequeno e do grande produtor sobre as mudanças vividas com o PAPAGRO:

Anderson, grande produtor, quanto às mudanças, diz o seguinte:

“epah... razoáveis... razoável... porque as pessoas naquela altura conseguiram vender e obter o dinheiro” ... “não produzo exclusivamente para o PAPAGRO... foi uma coisa accidental...”

Enquanto que, Sebastião, pequeno produtor, diz o seguinte:

(...) “Na produção... no princípio... o PAPAGRO ajudou-nos, chegávamos lá com batata cenoura e outras coisas e automaticamente és atendido pesas a tua batata, te dão a fatura automaticamente seguras o bilhete e vais lá no banco levantas o seu dinheiro, essa foi a mudança que eles fizeram...” (...)

4.1.8. Nível de satisfação dos camponeses da Caála com o PAPAGRO

Analizadas as entrevistas podemos observar que existe satisfação dos camponeses para com o PAPAGRO, sendo que a satisfação recai mais pelo fato da facilitação da venda dos produtos produzidos por eles, uma vez que na ausência do PAPAGRO eles eram forçados a viajar para outras províncias, destacadamente Benguela e Luanda que ficam aproximadamente a 250 Km para Benguela e cerca de 580 Km para Luanda. Tendo em conta a disponibilidade dos produtos no mercado eram forçados a ficar longe de casa, até verem os seus produtos comprados, isto quando os mesmos são comprados, pois salientam também que em muitos casos não era um rendimento garantido porque nem sempre conseguiam vender toda a produção, outras vezes eram forçados a vender por um preço que não satisfazia o investimento feito para a produção, o que provocava muitos prejuízos para as lavouras seguintes. Um dos aspectos relevante é que a comercialização é feita exclusivamente pelas mulheres, ou seja, as mulheres antes do PAPAGRO tinham de realizar viagens para comercializarem os seus produtos, abandonando filhos e cônjuges durante semanas, daí resulta a expressão de satisfação de uma forma geral com o programa de aquisição de produtos agropecuários.

Dentro do nível de satisfação com o projeto encontramos dois grupos uns mais satisfeitos que os outros, ou seja, no primeiro grupo encontramos os pequenos produtores que a sua satisfação esta alicerçada no aumento da produção que lhes possibilitou ter um aumento da sua renda financeira, o que lhes trouxe melhorias nas outras áreas como saúde, educação, ampliação das zonas de cultivo, habitação, meios de transportes (motorizadas e carros), ou seja, tiveram mudanças objetivas socioeconómicas. Já os grandes produtores não se sentem satisfeitos porque o PAPAGRO não conseguiu absorver toda a produção, uma vez que se colocavam limites nas quantidades a vender. Destacam que a oscilação nos

preços também é um elemento que inibiu a comercialização dos seus produtos, apontando assim que o PAPAGRO não cumpriu com o real objetivo que era absorver toda a produção agrícola.

Visão dos grandes produtores quanto a satisfação com o programa:

(...) *“Se mante-se, não manteu por isso não posso manifestar a minha alegria... se mante-se claro...”* (...) (ANDERSON)

(...) *“Aumentar a produção não é bem isso, diminuir também não diminuiu estamos também no mesmo nível porque o que estávamos a espera é que o PAPAGRO beneficia-se os camponeses e tivéssemos acesso imediato ao dinheiro da venda de certeza que estaríamos melhores, mas não aconteceu...”* (...) (SAMANDJATA)

Visão dos pequenos produtores:

(...) *“A minha atividade no campo era muito boa no princípio quando começou, como vê essa mota comprei mesmo no PAPAGRO, vendo um bocado de repolho, já começou a mudar a minha vida, consegui comprar uma junta de boi, era muito bom... agora... continuamos a vender a vender...”* *“Sim sinto-me, a prove é que estamos a nos sentir a rasca por que eles não estão a vir comprar... na verdade as falhas foi no fim em que observávamos que escolhiam as pessoas para vender lá os produtos, eles tinham uma lista, se não estivesse nessa lista tendencialmente não recebiam os teus produtos, aí tinha que vender na praça, mas foi no fim”*(SECULO)

(...) *“Sim eu sinto-me bem com o PAPAGRO, porque quando comecei no PAPAGRO não tinha nada... não estudei... aumentou muito... se o PAPAGRO voltar eu vou ficar bem”* (...) (JAMBA)

4.1.9. Comparação da situação anterior

No presente estudo propusemo-nos em fazer uma comparação da situação atual com a anterior em termos de comercialização, sendo assim podemos observar que os camponeses, antes do PAPAGRO, produziam e vendiam no mercado informal, tendo como maior mercado a capital do país Luanda, seguidamente Benguela porque o Huambo não consegue absorver toda a produção dos camponeses da comuna da Calenga município da Caála Os pequenos produtores são os mais prejudicados com essa modalidade de comercialização, por causa do investimento que tem de ser feito para escoar os produtos. Nota-se que para isso se efetivar eles juntavam-se em grupos de camponeses para conseguirem levar os seus produtos, criando formas próprias de transporte dos produtos para os grandes centros de comercialização. Já os grandes produtores apresentavam dificuldades, porém isso não lhes condicionava a comercialização dos produtos, ainda que com muitos gastos financeiros, porque pelas quantidades produzidas é possível sustentar o transporte dos produtos para os grandes centros de comercialização dos produtos.

Quanto aos ganhos financeiros, antes do PAPAGRO, percebe-se que os camponeses tiveram ganhos, sendo que os mesmos não são comparados com os ganhos obtidos com as vendas feitas por intermédio do PAPAGRO. Antes do programa os camponeses não tinham garantias fixas de retorno do investimento na produção, isso para muitos limitava a produção, muitos preferiam não produzir em grande escala por não saber onde vender os produtos. É importante salientar que essa apreciação é colhida tanto dos grandes quanto dos pequenos produtores. Quanto aos valores observamos que para os pequenos produtores que antes tinham um rendimento que rondava entre os 150.000,00 (cento e cinquenta mil kuanzas) equivalente a 810 Euros, até aos 500.000,00 (quinhentos mil kuanzas), equivalente a 2.698,97 euros, enquanto que os grandes produtores tinham rendimentos entre os 800.000,00 (oitocentos mil kuanzas) equivalente a 4.318,99 Euros, até aos 3.000.000,00 (três milhões de kuanzas) equivalente a 16.194,11 Euros. Depois do PAPAGRO observamos o duplicar destes valores e para alguns o triplicar, que mostra claramente que o PAPAGRO durante o tempo em que esteve, ajudou a aumentar os rendimentos financeiros dos pequenos e dos grandes produtores agrícola que vendiam seus produtos via PAPAGRO.

As aplicações dos recursos financeiros variaram, aqui destacando que para os pequenos produtores incidiu-se na melhoria das suas condições de habitação, estudo dos filhos, saúde enquanto que para os grandes produtores preocuparam-se em reinvestir maior parte dos ganhos no campo e melhorar a alimentação familiar.

Em termos claros podemos concluir que PAPAGRO ajudou a diminuir desigualdades sociais sendo que estas não terminaram, elas ainda estão presentes e precisam continuar a trabalhar, esse

trabalho precisa de envolver todas as forças, destacando os camponeses e os desenhadores de políticas visando conseguir encontrar equidade entre a população rural e a urbana.

4.1.10. Cooperativismo

A Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (UNACA), tem um controle ao nível de Angola cerca de 272. De acordo com a Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa (OCPLP) apresenta dados estatísticos relevantes destacando o número de associados em cerca de 993.501, tendo realce as seguintes atividades: acompanhamento à distribuição do Programa de Micro Crédito aos camponeses em todo País, levado a cabo pelo Governo de Angola de 2003 à 2007; acompanhamento ao Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural "PEDR" do Ministério da Agricultura; acompanhamento ao Programa de Crédito Agrícola de Campanha e Investimento disponibilizado pelo Governo de Angola para os pequenos e médios produtores em 2009; realização de feiras agrícolas para a comercialização da produção camponesa nas 18 Províncias, em colaboração com o Ministério da Agricultura; realização de Seminários de Gestão de Cooperativas Agrícolas nas 18 províncias de Angola;

É importante destacar que a província do Huambo tem cerca de 35 cooperativas agrícolas de acordo com a UNACA, das quais 16 foram abrangidas pelo PAPAGRO, sendo que esta província contribuiu num período de 13 meses com cerca de 4.630,596 toneladas de produtos agrícolas de acordo com o Ministério do Comércio em 2016.

Uma das vias usadas para estimular a produção tem sido através do cooperativismo. Verificou-se que a maior parte dos camponeses fazem parte de uma cooperativa, tendo destacado maior parte as facilidades que as cooperativas fornecem aos camponeses destacando a facilidade de chegar ao crédito agrícola, aquisição de insumos agrícolas, ajuda mútua em termos de troca de produtos e até empréstimos entre aqueles que nada têm. O governo na sua política de ajuda aos camponeses também incentiva o cooperativismo, fazendo com sejam obrigados a filiarem-se numa cooperativa, visto que o governo em sua política agrícola não apoia camponeses de forma individual.

Tchissingui afirma que:

(...) “Sim eu pertenço ao vale do Calai, pertenço a cooperativa porque é o conjunto de trabalhadores do campo. Também nos ajuda a fazer créditos e a devolver os créditos de forma rápida” (...)

Enquanto que a Jamba diz:

(...) “eu sou membro da cooperativa Terra Nova... Sou membro porque quando criaram a associação da terra nova de momento não tinha nada, fizemos um grupo, primeiro

começamos com 22.500,00AO, fizemos negócio com este dinheiro depois devolvemos... depois nos aumentaram lá o dinheiro... chegou a 150.000,00AO, depois deles verem que trabalhamos bem, não nos deram mais dinheiro, com as minhas irmãs nos deram 1200 sacos de adubo, começamos assim, é assim que começamos o negócio do adubo... quando vendemos o adubo levamos o dinheiro ao Banco... e até hoje” (...)

4.1.11. Falhas do programa na visão dos camponeses da Caála

Como qualquer medida de políticas públicas, O PAGAGRO, possui vantagens e fraquezas. Não sendo nosso objetivo proceder a uma crítica exaustiva desta medida, passamos a seguir a analisar alguns constrangimentos registados no seu desenvolvimento, do ponto de vista dos camponeses entrevistados.

Ao analisarmos as respostas dos camponeses observamos que o programa teve falhas na execução, não ficando claro se o mesmo continua ou se já não existe. Alguns afirmaram categoricamente que o programa já não existe, outros vivem alimentados de esperança de que o mesmo poderá abrir as portas a qualquer instante, o que nos leva a crer que não existe uma informação oficial da parte do programa sob o ponto da situação.

Outro aspecto consubstancia-se no aspecto da comercialização. Para os camponeses as regras foram-se alterando ao longo do próprio processo, apontando o fator preço por quilo de produto, sendo que por exemplo o quilo de batata no início do programa tinha um preço atrativo que mais tarde veio a diminuir sem uma explicação de tal descida, para os camponeses isso criou um grande constrangimento.

(...) “A perda que tivemos no PAPAGRO foi que depois de um tempo os preços baixaram, inicialmente o quilo de batata custava 100AO baixou para 60AO, como camponeses ou agricultores isso nos fez perder muito, porque o saco de fertilizantes você compra 8.000AO enquanto que um saco de batata nos pagavam 6.000AO.” (JOHN)

Outro aspecto que em nossa opinião beliscou o brilho do programa são as dívidas que o programa até a data das entrevistas tinha para com alguns camponeses, que demonstraram seu completo desagrado. Para muitos o dinheiro lá deixado seria um grande avanço para a sua própria vida.

Jamba é uma das nossas entrevistadas observemos o que ela diz:

(...) “de momento a casa que eu vivo é de adobe... mas a anos atrás comecei a construir uma casa de bloco, mas de momento, estou parada por causa do PAPAGRO, não consegui terminar a minha casa” (...)

(...) O dinheiro vindo PAPAGRO ajudava a fazer muita coisa, porque sem dinheiro os meus filhos não conseguiriam estar escolas... o PAPAGRO ajudou a colocar todos na escola...

eu também comecei a estudar em 2012... aprovei no ano passado para a 10 classe... mas o dinheiro está lá no PAPAGRO...fiz a matrícula... fui alguns dias lá mais a não tenho dinheiro para pagar as propinas, o fascículo (material de apoio) vou tirar aonde? Tive de parar para dar prioridade as crianças, se o dinheiro vir continuarei a estudar porque tenho vontade, mas não estão a dar...”

“Estou a construir uma casa, mas tive de parar as obras por falta de dinheiro, dinheiro este que está no com o PAPAGRO”

(...) “Agora o tal dinheiro do Adubo e o dinheiro do PAPAGRO todo dinheiro juntei e comprei os produtos que estão lá no PAPAGRO; mas também vendia na praça do 30, Kikolo e em Benguela na Caponte, quando ouvíamos que lá os preços estão bons íamos para lá vender”

Outro aspecto identificado como foi a ausência de critérios para vender produtos no PAPAGRO, sendo que os camponeses identificaram que muitos que vendiam os produtos em grande quantidade não eram camponeses mais sim comerciantes, eles compravam grandes quantidades fora daquela região e vendiam. John explica dizendo o seguinte:

“Mudaria o sistema de compra, parecia que os camponeses não andavam a entregar os seus produtos porque apareceu as senhoras chamadas KANDONGUEIRA, elas compravam numa outra área e vinham vender aqui, enquanto que o agricultor ou camponês leva o seu produto não vai encontrar mais o lugar para colocar o seu produto, chega encontra os carros já estão cheios e quando isso acontece você como agricultor te mandam voltar com os produtos, sendo assim perdemos”

(...)Porque quando as vendas iniciam demos conta que depois de algum tempo depois de 2 a 3 meses os que afluíam mais ao PAPAGRO era mais as candongueiras do que os próprios agricultor, porque para o Agricultor as vezes chegar ali é preciso que haja um intermediário dessas candongueiras que tem acesso lá, é o que vimos nos últimos dias, falar que isso trouxe algum benefício para mim pelo menos não digo que trouxe benefício, pelo contrário...” (...) (SAMANJATA)

4.1.12. Benefícios sociais do PAPAGRO

Um dos grandes benefícios sociais que pudemos observar através das entrevistas são os postos de trabalhos temporários gerados pelos camponeses para outros. Ao aumentar a produção viram-se incapacitados de produzir, ou seja, realizar o trabalho sozinhos, a maior parte dos camponeses tinham de 5 a 12 trabalhadores que ajudavam e em contrapartida recebiam uma quantia monetária por dia, por semana e por mês, sendo que os últimos eram trabalhadores dos grandes produtores que não tinham

apenas a atividade agrícola mais sim agropecuária. Daqui destacamos dois exemplos que descrevem exatamente a relação dos camponeses e os trabalhadores.

(...) “Tenho trabalhadores, cerca de 12, pago-lhes mensalmente. Uns recebem mensalmente outros semanalmente. Os que recebem mensalmente porque trabalham com a charrua, o seu pagamento é um salário em dinheiro de 15.000, e dispenso os bois para trabalhar nas lavras deles e disponibilizo também as sementes de batata para eles no sentido deles puderem desenvolver a sua pratica agrícola. Os que capinam recebem semanalmente.”
(...) (TCHISSINGUI)

“Sozinho... ham!!! Tenho trabalhadores, mas são meus funcionários sem nenhuma associação, eu tenho 5 trabalhadores efetivos aos quais pago 67.000AO os 5 e depois tenho os eventuais que eu chamo quando tenho trabalho a esses pagos 500AO por dia”
(ANDERSON)

4.1.13. Impacto do PAPAGRO na visão dos camponeses

Da implementação do PAPAGRO, podemos apresentar três tipos de impacto de acordo com os camponeses, sendo que eles estão divididos em Local, Provincial e Nacional. Sendo assim ao nível local observamos a alteração para maior parte na área da habitação e ampliação das áreas de cultivo. Já a nível provincial observa-se o surgimento de emprego quer empregos temporários como empregos fixos, bem como a baixa de preços. A nível nacional o impacto tem a ver com a baixa de preços através da diversidade de produtos vindo das 18 províncias de Angola.

4.2. Análise das entrevistas aos membros do governo provincial

4.2.1. Balanço do PAPAGRO

Consideram que a intenção positiva porque o grande desafio do sector camponês é a venda, neste caso o programa privilegiou os produtos perecíveis que são os eleitos em termos de maior rentabilidade para os camponeses, só que são produtos com grandes dificuldades de conservação, sendo no meio rural a dificuldade é ainda maior por não ter armazéns de conservação visando a venda numa altura posterior onde haja maior procura, aí reside a importância do PAPAGRO, ele veio colmatar o vazio existente, isso ajudou a estimular o aumento da produção. Por outro lado o desconhecimento da capacidade de produção do sector agrícola fez com que no auge da campanha agrícola o PAPAGRO não conseguisse dar resposta aos anseios do sector agrícola, visto que com esse estímulo a produção aumentou de forma estrondosa, onde os quadros do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) ficaram admirados por nunca terem visto tal produção. Outrossim os camponeses deixaram de produzir o habitual como o caso do milho e passaram a produzir a batata, repolho, a cebola a cenoura em grandes escalas. A não absorção

desta produção levou com que o sector camponês entrasse em frustração, o contexto financeiro e económico do país também influenciou, porque o PAPAGRO deixou de funcionar, daí que o programa caiu no descrédito por parte dos camponeses. Portanto há necessidade de se afinar os mecanismos de coordenação entre o sector agrário representado pelo IDA que lida com os camponeses deve ser mais envolvido para dar maior apoio para regular e organizar a própria produção, divisão de quem tem que produzir o que, verificou-se que durante o projeto todos produziam a mesma coisa, isto fez com que existisse certos produtos em excesso, inundou o mercado, uma vez inundado o preço dos produtos perde o real valor.

4.2.2. Qualidade da Produção

Ao se falar de qualidade precisamos de apontar dois elementos que determinam a qualidade dos produtos do sector agrícola: a parte exterior e a qualidade organolética. Quanto à qualidade organolética os produtos produzidos pelos camponeses têm boa qualidade uma vez que fazem pouco uso de agrotóxicos tirando o 12/24/12 (Adubo CE) e o sulfato de amônio usado para pulverizar e é de uso obrigatório na produção da batata por exemplo, as outras operações são feitas manualmente como a sacha, amontoa e a própria colheita, estes elementos ajudam na redução dos produtos agrotóxico enquanto que a Exterior quanto a aparência precisamos trabalhar mais porque o camponês não despertou para a imagem do produto, tal como recolhe vende, não calibra o produto, não prepara o produto para a exposição de venda, o consumidor compra com os olhos, então entre escolher um saco de batata nacional e um importado certamente prefere o importado.

4.2.3. Principais Dificuldades

Na execução de qualquer projeto é possível encontrarem-se dificuldades, sendo assim, os entrevistados apontaram as seguintes dificuldades: O PAPAGRO teve um lado pouco bom foi o de ter começado e não terminado, foi esse o grande problema; Uma vez que não terminou criou problemas para os camponeses já que os mesmos aumentaram as áreas de cultivo, houve muitas percas de produtos por serem produtos perecíveis; Melhoria de acesso das áreas que vão dar às áreas de produção; Criação de micro indústrias para transformação de produções excedentes do ciclo de comercialização; Estruturas para conservação dos produtos produzidos localmente; Escassez e subida galopante de fertilizantes e outros.

4.2.4. Soluções apontadas

Assim como apontaram dificuldades da realização os entrevistados apresentam as seguintes soluções:

1. O governo deve investir na melhoria das vias secundárias e terciárias que saíram das sedes municipais, comunais para as zonas de produção;
2. Disciplinar o processo de produção direcionado as zonas de produção por produtor agrícola;
3. Indicação de empresas especializadas para a importação de insumos agrícolas e chegarem aos produtores a preços mais baixos;
4. O PAPAGRO como iniciativa governamental foi boa, uma maneira de melhorarmos o seu desempenho seria adjudicarmos ao sector privado, ali teríamos competição e o Estado entraria como supervisor da atividade, porem deveria seguir um cronograma. Inicialmente seria uma parceria público-privada no sentido de se criar condições para passar para o sector privado, triar-se-ia o peso logístico ao Estado;
5. Levar em conta o apoio técnico do Ministério da Agricultura, nomeadamente o IDA, uma vez que detém estrategicamente o conhecimento do sector de produção ao nível das comunidades;
6. Precisa-se tirar o preconceito de que a atividade agrícola é uma atividade de sobrevivência mais sim de segurança, o potencial do camponês está na sua capacidade produtiva, produzindo bem ou mal ele nunca deixará de produzir, é importante fazer uma planificação do que ele deve produzir para a comercialização e o que vai consumir;
7. Precisamos de melhorar os transportes, isto é, do campo para o PAPAGRO uma vez que as viaturas existentes apenas tiravam a produção do centro logístico para os centros de comercialização, sendo que as zonas de produção ficam longe dos centros, com a criação de uma frota específica ajudaria e de que maneira no transporte da produção, portanto o mau transporte também afeta a qualidade do produto tendo em conta o tempo que se leva a transportar e a temperatura, os saltos e chuvas isso pode facilitar a degradação da produção;
8. Criar uma cadeia no sentido de evitarmos focos e daí surjam outros elementos que ocupem ou seja desempenhem um papel e o desempenhem mal, por exemplo os intermediários que apareceram ao longo do programa devido a inexistência de transportes que deveria tirar do campo ao PAPAGRO, não se sabe até que medida esses intermediários ajudaram ou prejudicaram a população camponesa visto que não se controla a ação deles;
9. Promover um encontro entre associações de camponeses, IDA, Ministérios do Comércio, Transportes e Indústria no sentido de se criar uma liderança colegial, na qual cada um tenha ação especializada diante da produção agrícola, de acordo com a área de tutela;
10. Consciencializar o camponês a perceber que ele está a fazer um negócio onde tem contrapartidas, evitando assim o espírito paternalista da parte do Estado, onde as pessoas produzem de qualquer maneira e vendem de qualquer maneira. Neste negócio existe um dualismo, é preciso o Estado despir-se das vestes daquele que faz favor mas sim aquele que

compra um produto para usufruto, já o camponês precisa elevar a qualidade da produção bem como melhorar a forma como comercializa a produção;

4.2.5. Mudanças provocadas pelo PAPAGRO em termos socioeconômicos

As principais mudanças socioeconômicas observadas que o PAPAGRO provocou são: muitos camponeses adquiriram meios de transportes; o aumento das zonas de cultivo; fomentou organização no seio dos camponeses; mudança de mentalidade quanto ao associativismo; e por fim, ajudou a cimentar as bases do cooperativismo, uma vez que daqui já se pode imaginar uma evolução paulatina das cooperativas agropecuárias em termos de legalidade e quotas isso ajudaria a aumentar a emponderação dos camponeses e os resultados em termos de produção tornar-se-ão melhores;

4.2.6. Impacto do PAPAGRO na visão dos membros do governo provincial do Huambo

O impacto em particular do combate à pobreza sobre as desigualdades sociais ao nível da província durante o tempo da em que se implementou são: em primeiro lugar centra-se mais na criação de infraestruturas para atender o setor social, cuidados primários de saúde, águas para todos e a merenda escolar. (VER ANEXO: K)

4.3. Análise das entrevistas as organizações da sociedade civil provincial

4.3.1 Organizações da Sociedade Civil

As organizações da sociedade civil que assessoram o Estado em termos de concertação em aspectos que estão ligados à sociedade, com o PAPAGRO a mesmíssima coisa aconteceu, essas organizações acompanharam o projeto de forma oficial, através de documentos enviados pela entidade que gere o programa de aquisição de produtos agropecuários, PAPAGRO. Primeiro aspecto levantado foi o aspecto da institucional, reiterando várias vezes que o projeto foi bem elaborado e a sua implementação à risca ajudaria nas mudanças sociais dos camponeses. Segundo a ONG: *“O programa dividiu Angola em quatro regiões, nomeadamente a região centro, região norte, região sul e a região do leste. O desenho destas regiões visa essencialmente criar corredores de comercialização, tudo isso o programa previa, a principal ideia era adquirir estes produtos e canalizar para os principais centros de comercialização isso diminuiria os problemas de escoamento de produtos”*. Exemplifica da seguinte maneira, *“se a província de Malanje tem escassez de batata o programa deveria levar a batata para Malanje, se Malanje tem dificuldades de batata a zona potencialmente arável em batata deveria escoar para lá.”*

Das mudanças, os entrevistados apontaram um estímulo à produção camponesa, o Papagro galvanizou os camponeses a produzirem, ONG Y: *“uma vez que eles já sabiam onde poderiam vender os seus produtos”*, aliado a isso tinha a própria organização inicial do Papagro foi estimuladora existia

uma tabela de preços. Para os entrevistados não houve tempo suficiente para produzir mudanças significativas.

Em termos de desvantagens do projeto não se consegue perceber com precisão, se existem algumas ameaças nomeadamente, a tentativa de controlar o tipo de produção que os camponeses realizam, a limitação inibiria o potencial agrícola dos povos camponeses, defendemos uma produção livre, desafiando o programa a criar condições de lidar com diversas culturas. Outro aspecto é relativo ao valor das vendas de acordo com os entrevistados eles ficaram sem perceber se o valor retroalimenta o crédito inicial ou não, isso seria importante para a sequência do programa de forma ininterrupta (melhorar a planificação financeira).

Quanto ao valor investido em quantia monetária para suportar as primeiras compras foi de 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), para os quatro corredores de comercialização, devido a elevadíssima quantidade de produção apresentada pelos camponeses, de acordo com os entrevistados eles acham que valor esgotou, isso fez o programa começar a receber produtos sem pagar na altura, isso continuou durante algum tempo, daí resultas as dívidas que o programa tem para com os camponeses. Das dificuldades verificadas uma delas foi a do não financiamento dos agentes logísticos rurais que foram formalmente apresentados, estes ficariam com a responsabilidade de tirar a produção dos centros de produção para as agromercas. Não estando lá presentes surgem os intermediários estes por sua vez fizeram a vez, com meios próprios iam aos centros de produção recolhiam os produtos e vinham vender as agromercas.

Das mudanças observadas com o programa os entrevistados afirmam que no início os camponeses conseguiram recolher um bom valor das vendas, o que lhes facilitou a terem algumas mudanças, nomeadamente a comprar terrenos para o aumento das áreas de plantio, ampliação e construção de residências, aquisição de meios de transportes como motorizadas e carros, etc. Outro aspecto importante dos ganhos financeiros foi o da relação camponês e intermediários, as pessoas que se colocaram como intermediários compraram a produção dos camponeses estes sim tiveram maior lucro do que os próprios produtores.

Os entrevistados apresentaram as seguintes sugestões: criação de pequenas e medias indústrias no sentido de se evitar desperdício, criação de um programa de fornecimento de imputes agrícolas no sentido de ajudar os camponeses a melhorarem sua capacidade de produção, melhorar a assistência técnica às populações camponesas, formação voltada para o pós produção, como a seleção e a embalagem para comercialização, criação de outros meios de absorção da produção agrícola, tais como, supermercados e redes hoteleiras, melhoria das vias de acesso às zonas de produção através das administrações municipais, reativar a presença do agente logístico rural no sentido de encurtar as distâncias de transporte, fazer melhoria de solos e de sementes uma vez que os usados na atualidade tem

pouca capacidade de germinação, aumentar o número e nível dos técnicos e por último criar formas técnicas para evitar o lixiviação dos solos.

4.3.2. Impacto do PAPAGRO na visão das instituições da sociedade civil

Os impactos apontados pelas instituições da sociedade civil salientam a importância da criação do programa, sendo que a implementação deixa muito a desejar, causando constrangimentos de varia ordem.

CAPITULO V – O IMPACTO DO PAPAGRO - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Constatações:

Após a realização das entrevistas e a correspondente análise julgamos ser pertinente, como forma de contribuição para a melhoria dos processos envolvidos no diagnóstico, planificação e avaliação de medidas de políticas, avançar com algumas recomendações:

1. Desenvolver o conceito Vender via PAPAGRO vs Vender no PAPAGRO, em nossa análise pensamos que está foi a maior falha do programa, onde o camponês não percebeu exatamente o que é o PAPAGRO, então ele parte com a ideia de que é uma exigência do PAPAGRO comprar a sua produção, não se importando com a qualidade do produto, não se importando com o ciclo de comercialização, ou seja, o PAPAGRO foi criado para facilitar o escoamento e comercialização dos produtos do campo esta ideia original do programa precisa ser resgatada pelos atores do programa;
2. Melhoria das vias de comunicação, isto é, usar um tipo de comunicação no nível do camponês no sentido de se melhorar a percepção de que os camponeses não vendem os produtos ao PAPAGRO, mais sim vendem os produtos via PAPAGRO;
3. Melhorar as vias de acesso entre o campo e os centros logísticos no sentido de fazer com que todo camponês consiga levar seus produtos e comercializá-los via PAPAGRO;
4. Criação de uma equipa multi-sectorial com destaque para IDA, Ministério da Indústria, Ministério dos Transportes e o Ministério do Comércio. Se se trabalhar assim podem-se alcançar grandes melhorias em termos de uma produção de qualidade onde o IDA enquanto instituição do Ministério da Agricultura de extensão rural, dê o apoio técnico para a melhoria da produção e melhoria na conservação dos produtos. Observamos que existiu muito desperdício de produção por um fraco apoio industrial; melhoria das vias de acesso, aqui o Ministério da Construção faria um mapa e identificaria as zonas de grande produção e melhoraria as vias de acesso refazendo as estradas locais bem como a construção de novas estradas, isso ajudaria muito no escoamento dos produtos; ao Ministério dos Transportes recairia a responsabilidade de criar formas de transporte, isto é, fomentar empresas especializadas de transporte de produtos agropecuários estatais ou privadas, atribuindo-lhes responsabilidades por áreas de produção, isso daria grande impacto. Por fim teríamos o Ministério do Comércio que faria a redistribuição dos produtos para os diversos pontos do país, desenhando um perfil de produção agropecuária de cada uma das 18 províncias, para facilitar o escoamento e comercialização dos produtos agrícolas;
5. Incentivar a diversificação da produção, da análise feita observamos que o camponês está mais voltado para as hortícolas, esquecendo-se de outros produtos, motivo pelo qual em determinada

estação do ano observamos que temos excedente nos produtos de eleição e escassez por exemplo de cereais, nisto é importante que o Instituto de Desenvolvimento Agrícola (IDA) em colaboração com as cooperativas reorienta a produção agrícola dos camponeses. Outro elemento aqui importante é o redesenhar ou aplicar o programa das áreas agrícolas ao nível de Angola e criar centros regionais de produção de produtos específicos, uma vez que cada área tem o seu potencial agrícola;

6. Analisar aspectos sociológicos das populações que praticam a agricultura;
7. Adequar a política de comercialização a realidade das populações, sendo que cada uma das comunidades tem os seus códigos, padronizar as realidades periga a implementação da política, adequar será uma via para melhorar o desempenho do programa como um todo;
8. Diferenciar os tipos de produtores, sendo que nem todos os camponeses produzem as mesmas quantidades, a estrutura de cada um dos camponeses é diferente. Na nossa investigação observamos que existem dois tipos de produtores, os grandes produtores e os pequenos produtores. Uma vez diferenciados facilitará o próprio processo de comercialização e fará com que todos os camponeses sejam abrangidos pelo Programa;
9. Criação de postos de conservação da produção locais, ou reativar as já existentes, no sentido dos camponeses evitarem grandes deslocações até aos centros logísticos, ou seja, a aproximação das áreas de produção aos centros logísticos.

Recomendações ao programa:

De um modo geral, o relacionamento dos camponeses com o PAPAGRO melhorou as suas condições de vida, porém essas melhorias poderiam ser maiores caso a entidade governamental responsável pela sua implementação tomasse algumas providências, como as que a seguir avançamos em forma de recomendações:

1. Que o PAPAGRO estabelecesse um perfil de comercialização: ao atribuir os preços dos produtos dever-se-ia ter em conta os camponeses, sendo que a partir das entrevistas foi possível perceber que a oscilação dos preços causou constrangimento aos camponeses, uma vez que eles alegaram ter responsabilidades com trabalhadores, aluguer de espaço e aquisição de insumos agrícolas;
2. Forma de pagamento: de acordo com os camponeses o brilho do programa seria melhor se as formas de pagamento fossem permanentes, sendo que muitos entregaram produtos e até à data não receberam o devido pagamento, isso provocou imensos constrangimentos;
3. Formas de acesso: estabelecer o perfil dos vendedores dos produtos via PAPAGRO, onde inibirá os intermediários e comerciantes a venderem produtos ao invés dos camponeses, determinar o perfil do vendedor antes das vendas ajudará e recuperará a imagem que no princípio o programa teve;
4. Criar um veículo de comunicação dirigida aos camponeses: o sucesso de todos os projetos está sempre ligado a forma como se comunica, nem sempre aquilo falamos ou escrevemos é percebido de forma correta por quem ouve ou lê, ao criar-se esse veículo de comunicação é importante ter-se em conta o nível de percepção dos que recebem a mensagem, devendo considerar-se os seguintes elementos: língua de comunicação (Umbundo, português, quimbundo, etc.), símbolos a usar, pessoas que vão transmitir e o local onde transmitir.
5. Consulta pós-venda: observamos que a maior parte dos camponeses ganhou algum dinheiro com a venda dos produtos via PAPAGRO, com este dinheiro a maior parte reinvestiu na produção, fazendo com que houvesse excedente de produção, essa consulta ajudará a aconselhar os camponeses a aplicarem melhor o dinheiro ganho no sentido não fazerem investimentos sem garantias de retorno, outro ganho será a cultura da poupança no sentido de prever melhor o futuro;

CONCLUSÕES

As desigualdades sociais são fatos marcantes em todas as sociedades. A humanidade está longe de as extinguir, sendo que tem existido preocupação da parte de várias instituições nacionais e internacionais em debater e trabalhar sobre elas mas os resultados não têm sido imediatos. Caso queiramos que haja menos assimetrias entre as várias populações do mundo, precisamos de continuar a trabalhar.

Da análise feita ao programa de combate à pobreza, com o intuito de compreender a sua contribuição na diminuição das desigualdades sociais em Angola foi possível concluir o seguinte:

Os impactos do programa de combate à pobreza do governo, na vida das pessoas são: o aumento de infraestruturas, o aumento da renda das famílias camponesas, aumento de pessoas com acesso ao saneamento básico, aumento do acesso aos cuidados básicos de saúde, acesso facilitado à alimentação, fortalecimento da agricultura familiar, o empreendedorismo e a ampliação dos serviços públicos ao nível dos municípios.

O Papagro ajudou a aumentar as áreas de cultivo dos camponeses, o que lhes possibilitou, durante o período de comercialização via Papagro ter um aumento dos rendimentos financeiros. Este facto possibilitou que os camponeses melhorassem as suas condições de habitação, saúde, educação, ampliação das zonas de cultivo, fomento do cooperativismo, em suma, podemos dizer que ajudou a melhorar as condições socioeconómicas dos camponeses.

Verificamos que existem dois tipos de camponeses dentro da nossa amostra, pequenos e grandes produtores, sendo que para os grandes produtores verificou-se um nível de satisfação mais baixo do que em relação aos pequenos que se viram mais satisfeitos com a comercialização dos produtos via Papagro.

Encontramos satisfação de todos os atores com a iniciativa governamental, também porque o Papagro permitiu que durante algum tempo os camponeses abrangidos deixassem de vender os seus produtos no mercado informal, visto que a nova forma como se vendia gerava confiança aos camponeses, ou seja, era uma relação transparente, baseada no ganho mútuo.

Quanto ao impacto nas condições de vida dos camponeses verificamos que não houve consenso em termos de opiniões entre os três atores do programa, sendo que os camponeses reconhecem que o PAPAGRO ajudou a melhorar as suas condições de vida, os membros do governo reconhecem a existência de alguma melhorias mas que não são as pretendidas pelo governo e por último encontramos os membros da sociedade civil que não reconhecem ganhos tácitos para os camponeses devido à forma como se implementou o programa, nomeadamente a falta de transportes para levar a produção dos centros de produção para os centros logísticos, bem como a limitação do tipo de produção inibindo assim o potencial agrícola dos camponeses;

Dos resultados e opiniões expressas retiramos algumas sugestões que poderiam contribuir para a melhoria do programa:

É possível manter o programa ao nível do ciclo de produção nacional, exigindo uma equipe interministerial, abrangendo áreas relevantes do Estado, nomeadamente Ministérios da Agricultura, Indústria, Construção e Comércio, organizações da sociedade civil especializadas, tais como, ONGs, Sobas, UNACA e AIA no sentido de se formular uma intervenção mais abrangente, do ponto de vista geográfico e social.

A produção dos camponeses depende de fertilizantes, pelo que é preciso adicionar ao programa uma vertente de apoio em termos de fornecimento de insumos agrícolas, que ajudaria os camponeses a melhorar a qualidade da produção.

É necessário um acompanhamento pós-venda aos camponeses de formas a terem um melhor aconselhamento em termos de investimento, na produção, bem como o incentivo à cultura de poupança no seio das comunidades camponesas.

Melhorar as vias de acesso dos centros de produção aos centros logísticos, bem como a criação de uma linha de transportes específica para levar os produtos para os centros logísticos, e seria ainda importante reativar um componente importante que o programa previa, os agentes logísticos rurais, que de facto desempenham o seu papel de forma efetiva junto das comunidades camponesas.

Quanto ao desempenho, observamos que o programa não evoluiu muito mais por ser gerido de forma central, pelo que seria melhor descentralizar, criando uma gestão local no sentido de melhorar o desempenho do programa.

Verificou-se, igualmente, a não existência de um calendário agrícola, e seria importante criá-lo de forma a garantir as condições logísticas da parte do PAPAGRO, sobretudo, ao nível da conservação dos produtos, no sentido da produção camponesa ser valorizada durante todo o ano e para que não haja desperdício durante algumas fases do ano.

Os agregados familiares da população estudada são extensos, com muitas crianças sendo necessário intensificar a informação sobre planeamento familiar, o investimento na educação dos filhos e por fim criar condições e garantir a continuação dos estudos depois de atingirem o ensino médio, visto que muitos deixam de estudar depois de atingirem a nona classe.

Seria ainda necessário fomentar ou criar pequenas indústrias, públicas ou privadas, para a transformação da produção que não é escoada para os mercados, como a produção de conservas, para o tomate, por exemplo, agregando deste modo, maior valor a estes produtos desde a colheita até a comercialização nos grandes centros de consumo.

BIBLIOGRAFIA

- Alberto, Rafael dos Anjos (2013), *Análise e Avaliação Sociocultural do Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Calenga. Uma Abordagem ao Envolvimento dos Agentes*, Relatório do Curso de Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Açores, Departamento de Ciências Agrárias, Universidade dos Açores.
- Albuquerque, Catarina (2014), Monitoramento do cumprimento dos direitos humanos à água e ao saneamento, Disponível em: <http://www.righttowater.info/wp-content/uploads/05-MONITORING-PORT-WEB.pdf>, Consultado em Maio de 2016.
- Bardin, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, 4ed, Lisboa, Edições 70.
- Bordieu, Pierre (2012), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Edições 70.
- Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*. Oeiras, Celta Editora
- Chaves, Estevão Cambinja et. al (2008) *Estratégias Para Melhorar A Produção e a Comercialização das Culturas da Batata Rena e da Cenoura: O Caso da Comuna da Calenga*, Huambo. Disponível em: http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_politicas_tecnologias_04.pdf, consultado 18 de Maio de 2016.
- Comissão Nacional de Luta Contra à Pobreza (2014), Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP). Luanda
- Connor, Catherine org. (2010), *Avaliação do Sistema de Saúde de Angola*, 2010, disponível em: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnadx703.pdf, Consultado 18 de Mai 2016.
- Costa, António Firmino (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Costa, António Firmino, (2012b) Desigualdades Globais, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 2012
- Costa, Antônio Firmino (2008), *Sociedade de Bairro*, 2ed, Lisboa, Celta Editora.
- Diário da República, I Sério N.º 28, 11 de Fevereiro de 2014.
- DW (2002), Estudo para uma Estrutura Legal e Institucional para Melhoria dos Direitos a Terra e Habitação em Áreas Peri-Urbanas de Angola, Development Workshop – Angola
- GURN, (2005) Estratégia de Combate à Pobreza, Disponível em: http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_ECP.pdf, Consultado 15 de maio de 2016.
- INE (2016), Censo 2014, Resultado Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014, Disponível em: http://aiangola.com/wp-content/uploads/2016/03/Publica%C3%A7%C3%A3o-Resultados-Definitivos-Censo-Geral-2014_Vers%C3%A3o-22032016_DEFINITIVA-18H17.pdf, Consultado em Maio de 2016.
- Lúcio, José Manuel Rodrigues (2007), “A Relatividade do Conceito de Pobreza e as Estratégias para a sua Erradicação.” *Revista da Faculdade de Sociais e Humanas*, 19, pp. 79-98.
- Milanovic, Branko (2012), *Ter ou Não Ter*. Lisboa, Bertrand Editora.

- Marconi, Marina de Andrade e Eva Maria Lakatos, (2012) *Metodologia do Trabalho Científico*, 7ed, São Paulo, Atlas.
- Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2012), Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, Disponível em: <https://www.angola.gov.ao/download.aspx?id=1264&tipo=publicacao>, Consultado 20 de Novembro de 2015.
- Ministério do Comércio, (2016) Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários – PAPAGRO.
- Ministério do Comércio, (2014) Conselho consultivo, Relatório. Luanda
- MPLA, PROGRAMA DE GOVERNO DO MPLA PARA 2012 – 2017, Disponível em: www.mpla.ao/imagem/ProGovMPLA.pdf, Consultado, 17 de Fevereiro de 2016.
- Oliveira, Silvia (2012), Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2012.48.1.04/837, Consultado em Janeiro de 2016.
- ONU (2016), ÁGUA E SANEAMENTO, Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/agua.pdf>, Consultado 19, Mai 2016.
- Piketty, Thomas (2013), *O Capital no Século XXI*, Lisboa, Tema e Debates.
- PNUD (2006), Relatório de Desenvolvimento Humano, Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2006_portuguese_summary.pdf, Consultado 15 de maio de 2016.
- PNUD (2015), *Síntese, Relatório de Desenvolvimento Humanos*, disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf, Consultado 15 de maio 2016.
- Polanyi, Karl (2012), *A Grande Transformação, as Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*, Lisboa, Edições 70.
- Rocha, Alves (2013), *Relatório Económico de Angola*, Luanda, Texto Editores.
- Rodrigues, Carlos Farinha, *Desigualdade económica em Portugal*. Disponível em: <http://observatoriodasdesigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=94&lang=pt#>, Consultado 03 de Dez 2014.
- Sen, Amartya Kumar (1992), *Inequality Reexamined*, New York, Oxford Press University.
- Sen, Amartya Kumar (2000) *Desenvolvimento como Liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (Orgs.) (2014), *Metodologia das Ciências Sociais*, 16ed, Porto, Edições Afrontamento.
- Stiglitz, Joseph E. (2013), *O Preço da Desigualdade*. Lisboa, Bertrand Editora.
- UNESCO (2001), Lei de Bases do Sistema de Educação de 31 de Dezembro, 2001. Disponível em: http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_Lei_de_educacao.pdf, Consultado a 15 de Maio de 2016.

UNICEF (2015), *Committing to Child Survival: A Promise Renewed Progress Report*, Disponível em: http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/a-promise-progress-report.pdf, Consultado 15 de maio de 2016.

Van-Dúnen, José Octávio Serra, Uma possibilidade de combate à pobreza? Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7036.pdf>, Consultado em Dezembro de 2015.

Wilkinson, Richard e Kate Pickett (2009), *O Espírito da Igualdade*. Lisboa, Editorial Presença.

Internet:

<http://www.portalcplp.org/organizacoes/unaca>

www.adra-angola.org

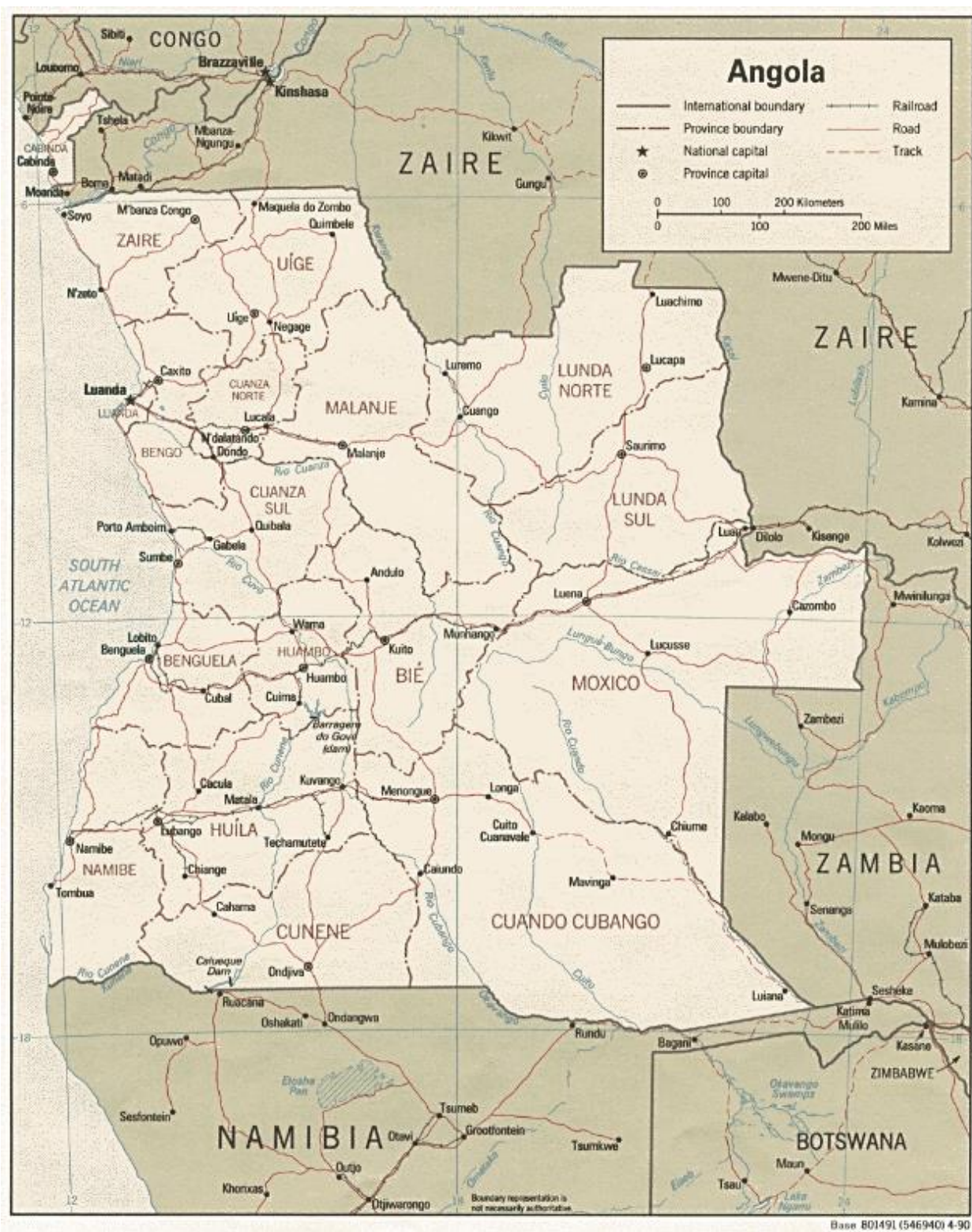
www.minco.gov.ao/TodasNoticias.aspx

www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=25025

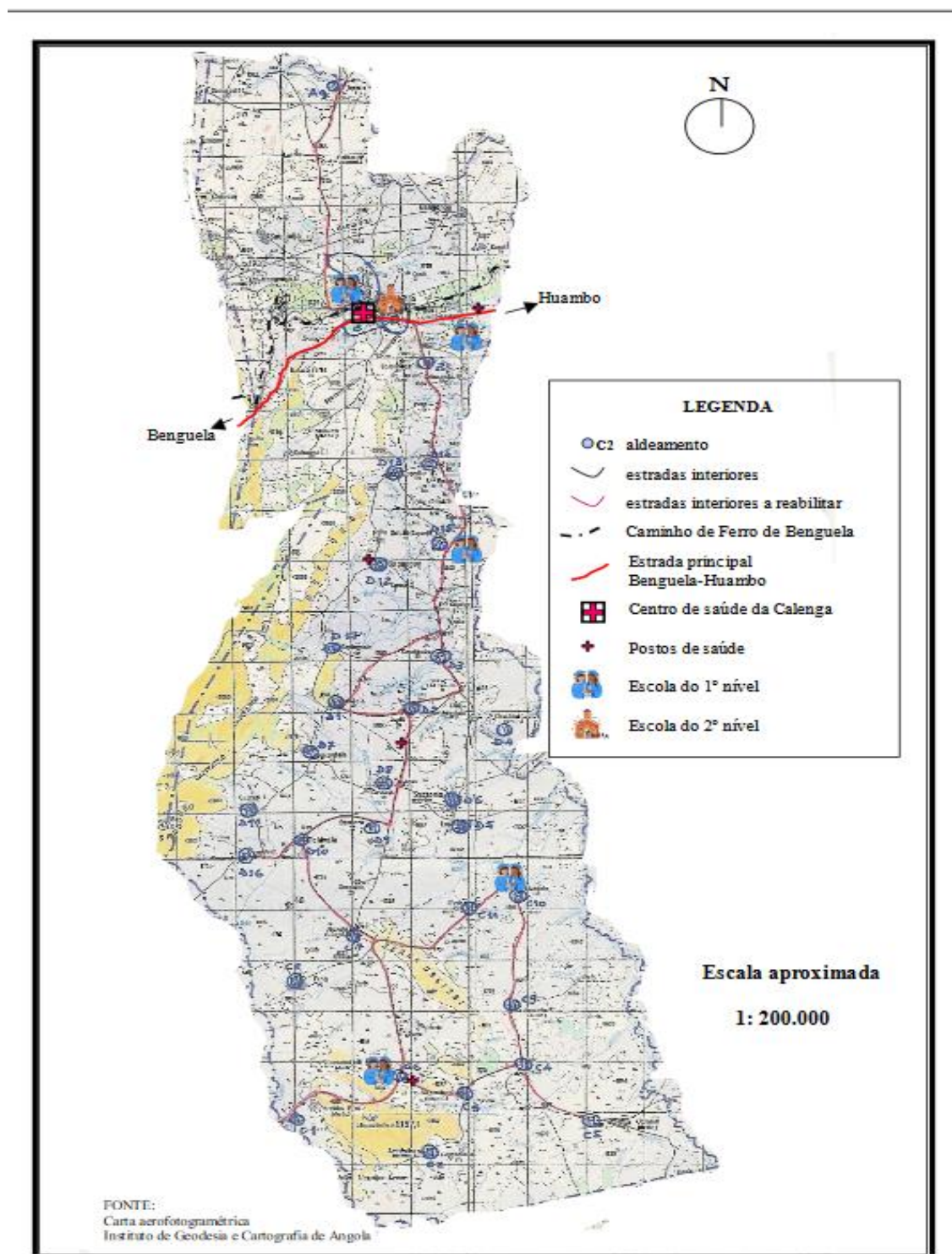
<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/48192/papagro-a-54-por-cento-da-meta-quase-dois-anos-depois-do-seu-lancamento>

ANEXOS

A. Mapa de Angola



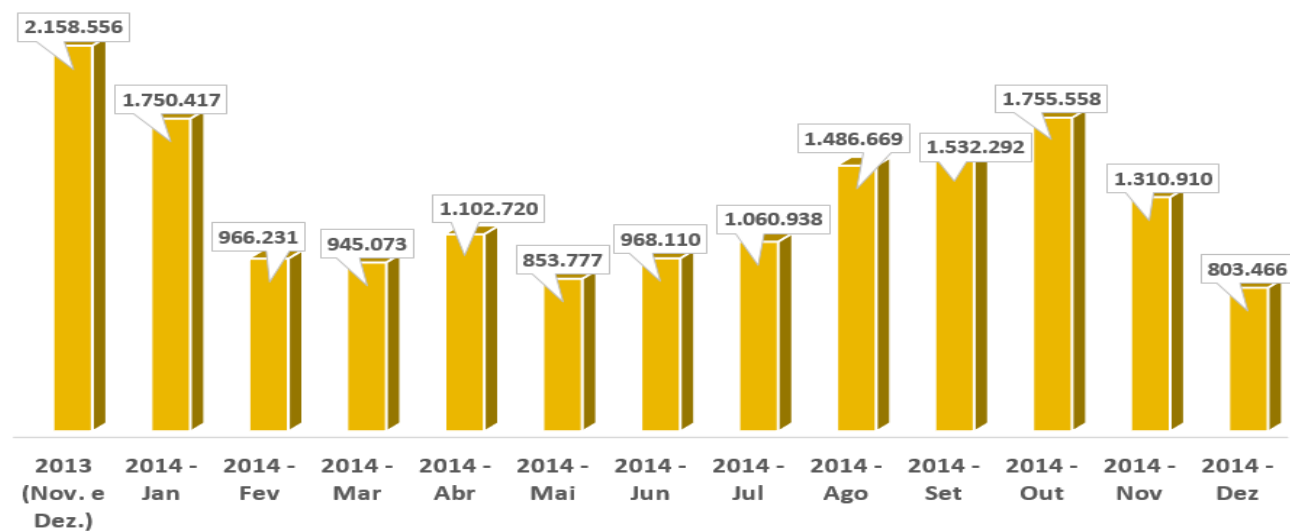
B. Mapas da CALENGA



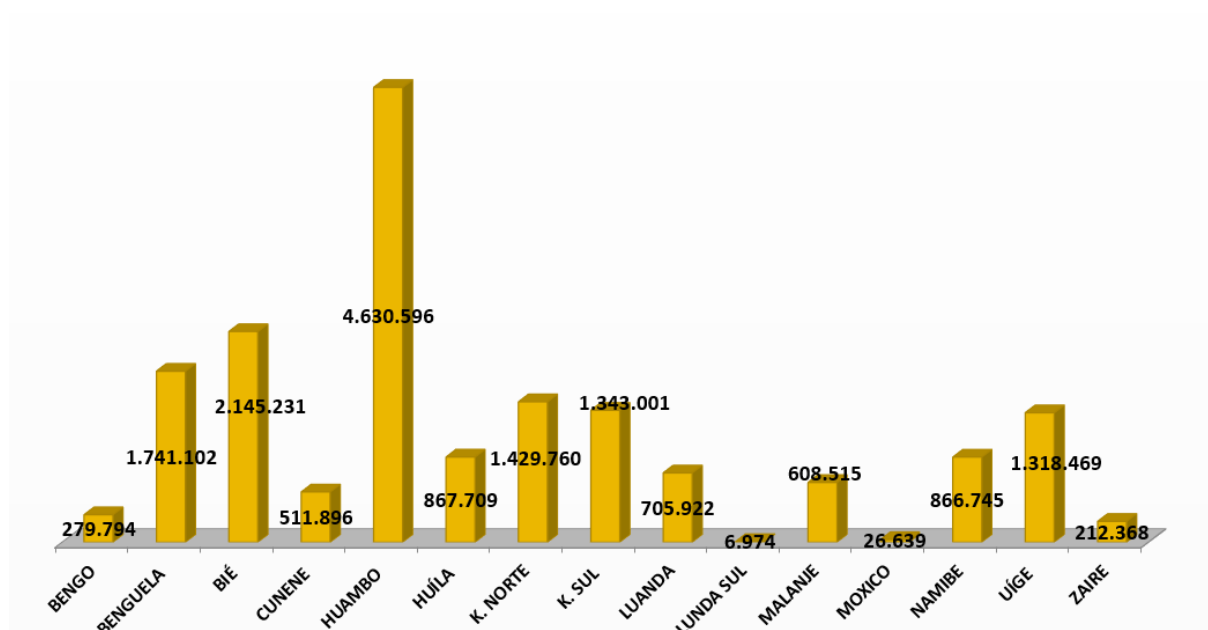
C. TABELA DE PREÇOS PRÁTICADOS PELO PAPAGRO

Designação do Produto	Preço COMPRA Kg			Preço VENDA de Referência Kg			
	INICIAL (Nov. 2013)	Jan. 2014	Fev. 2014 (a)	INICIAL	ACTUAL - RETALHISTA (b)	ACTUAL - GROSSISTA (b)	ACTUAL - MERC. E FEIRAS
Abacate	200,0 Akz	65,0 Akz		260,0 Akz			
Abacate de 1ª			100,0 Akz		250,0 Akz	200,0 Akz	120,0 Akz
Abacate de 2ª			70,0 Akz		220,0 Akz	150,0 Akz	120,0 Akz
Abóbora	70,0 Akz	52,0 Akz	56,0 Akz	100,0 Akz	250,0 Akz	125,0 Akz	
Abobrinha	140,0 Akz	112,0 Akz	80,0 Akz	200,0 Akz	150,0 Akz	100,0 Akz	
Alface	100,0 Akz	80,0 Akz	80,0 Akz	200,0 Akz	125,0 Akz	112,0 Akz	
Alho	250,0 Akz	200,0 Akz	200,0 Akz	350,0 Akz	300,0 Akz	350,0 Akz	
Alho Francês					525,0 Akz	525,0 Akz	
Ananas	30,0 Akz	24,0 Akz	60,0 Akz	100,0 Akz	100 a 200 Akz	90,0 Akz	100,0 Akz
Banana Mesa	70,0 Akz	56,0 Akz	40,0 Akz	100,0 Akz	100,0 Akz	80,0 Akz	100,0 Akz
Banana Pão	130,0 Akz	104,0 Akz	85,0 Akz	180,0 Akz	150,0 Akz	120,0 Akz	150,0 Akz
Batata Doce	70,0 Akz	56,0 Akz	40,0 Akz	100,0 Akz	60 a 80 Akz	70,0 Akz	80,0 Akz
Batata Rena	80,0 Akz	60,0 Akz	60,0 Akz	115,0 Akz	100,0 Akz	90,0 Akz	100,0 Akz
Beringela	50,0 Akz	40,0 Akz	40,0 Akz	70,0 Akz	100,0 Akz	90,0 Akz	100,0 Akz
Beterraba	150,0 Akz	150,0 Akz	30,0 Akz	215,0 Akz	150,0 Akz	180,0 Akz	
Bombó	40,0 Akz	40,0 Akz					
Café	50,0 Akz	50,0 Akz					
Cebola	90,0 Akz	70,0 Akz	70,0 Akz	130,0 Akz	100,0 Akz	100,0 Akz	120,0 Akz
Cenoura	100,0 Akz	80,0 Akz	80,0 Akz	140,0 Akz	120,0 Akz	100,0 Akz	120,0 Akz
Couve Flor	140,0 Akz	112,0 Akz	112,0 Akz	200,0 Akz	175,0 Akz	157,0 Akz	
Couve Roxa	200,0 Akz	160,0 Akz	160,0 Akz	280,0 Akz	250,0 Akz	225,0 Akz	
Couve Tronchuda	60,0 Akz	48,0 Akz	48,0 Akz	100,0 Akz	150,0 Akz	120,0 Akz	
Crueira (Bombó)	40,0 Akz	35,0 Akz	45,0 Akz	80,0 Akz	60,0 Akz	50,0 Akz	
Farinha Musseque			120,0 Akz		150,0 Akz	130,0 Akz	
Farinha Torrada			120,0 Akz		140,0 Akz	130,0 Akz	
Feijão catarino	175,0 Akz	140,0 Akz	180,0 a 200,0 Akz	280,0 Akz	250,0 Akz	230,0 Akz	
Feijão manteiga	175,0 Akz	140,0 Akz	180,0 a 200,0 Akz	280,0 Akz	250,0 Akz	230,0 Akz	
Feijão Verde	150,0 Akz	150,0 Akz	150,0 Akz	210,0 Akz	250,0 Akz	200,0 Akz	
Fuba de bombo	50,0 Akz	40,0 Akz	65,0 Akz	100,0 Akz	100,0 Akz	90,0 Akz	

D. QUANTIDADE DE PRODUTOS ADQUIRIDOS AOS CAMPONESES NOV-2013 a DEZ - 2014

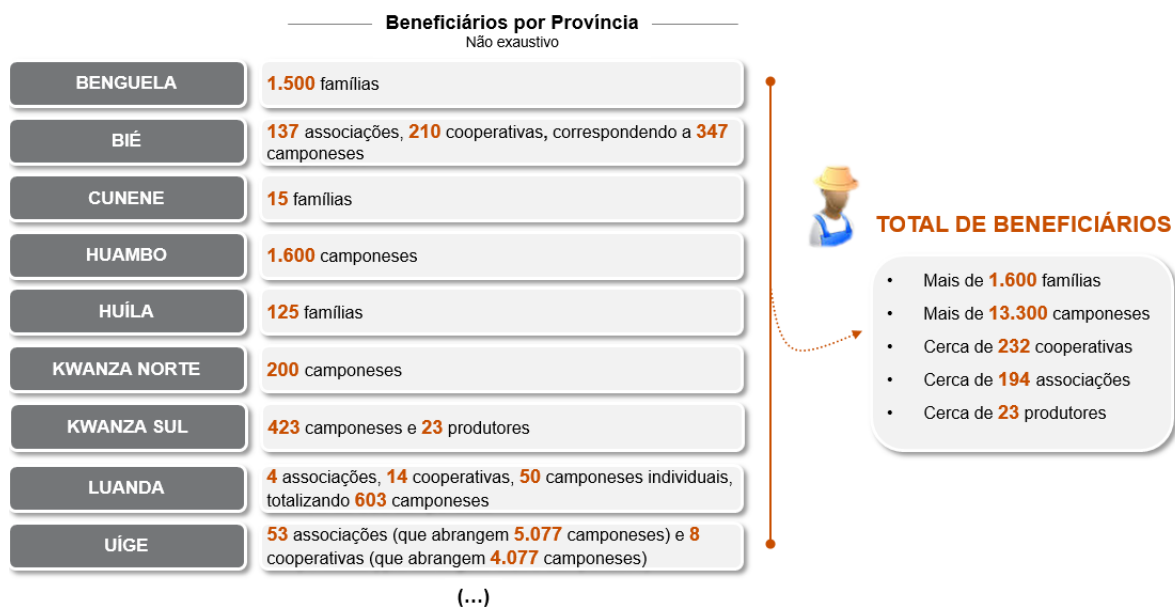


E. Quantidade de Produção adquirida por província



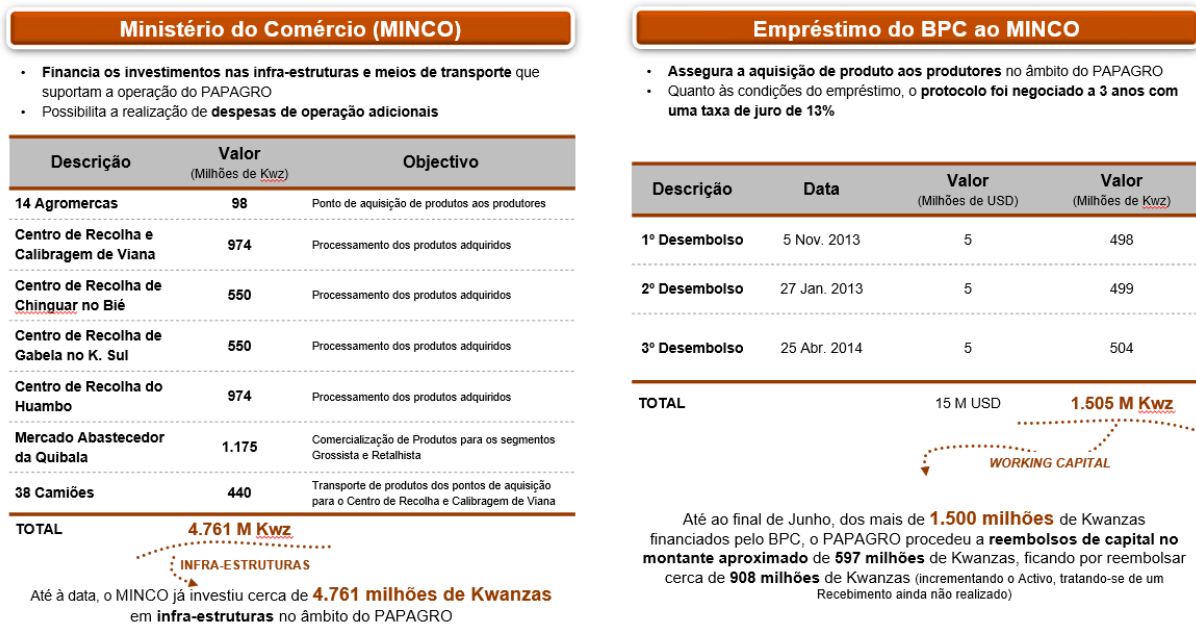
F. Beneficiários do PAPAGRO

Beneficiários do PAPAGRO até 30 de Junho de 2014



G. Fontes de Financiamento do PAPAGRO

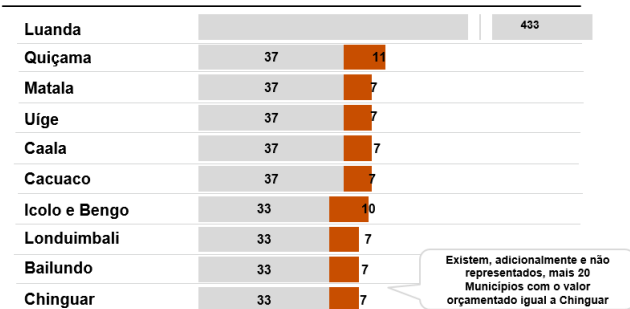
Caracterização das Fontes de Financiamento do PAPAGRO



H. Orçamento dividido por municípios – TOP 10

Análise Orçamental – Visão Municipal

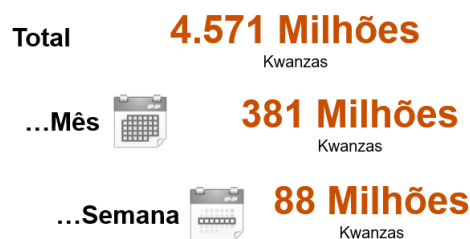
TOP 10 dos Municípios por Orçamento– 2015 (Milhões de Kwanzas)



FACTOS CHAVE – Orçamento (DAD e PIP)

- O **Top 10 dos Municípios** por volume de orçamento em DAD e PIP corresponde a **17% do volume de investimento total**
- Os Municípios de **Luanda**, bem como os de **Quiçama, Matala, Uíge, Caála e Cacuaco**, destacam-se com um nível de investimento superior a **37 Milhões de Kwanzas...**
- ...sendo que existem 19 Municípios com os valores de orçamento inferior, cabendo-lhe 15 Milhões de Kwanzas.

Repartição média do Orçamento (DAD) por...



Nota: Valores calculados com base num valor total de DAD de 4.612,3 Milhões de Kwanzas, repartidos por 12 meses, 52 Semanas e 365 dias

Legenda: Orçamento DAD Orçamento PIP

20

I. Resultados alcançados ao nível da província do Huambo

Resultados alcançados por Projecto na Província do Huambo – 2013 (1/2)



I Projecto Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza

Escolas	10/4	Alunos Beneficiados	4.860
Balcão Único do Empreendedor	0/1	Casas Evolutivas	276/70
Postos de Polícia	4/0	Pontes	1/2
Regedorias	1/0	Salas de Aula	42/25
Repartições	3/2	Administrações	5/0
Latrinas	52/0	Quadras Polidesportivas	4/3
Feiras e Mercados	5/3	Catanas	400
Casas para Professores	2/0	Casas para Administradores	3/1
Terraplanagem (Kms)	242	Azubos (sacos)	295

Ações de Capacitação	59	Beneficiários Capacitação	1.650
Meios Informáticos	554	Beneficiários Meios Informáticos	544
Azubos (toneladas)	420	Associações Beneficiadas c/ Inputs Agrícolas	66
Chapas de Zinco	1.000	Cooperativas Pescadores	1
Geradores adquiridos	2	Amónio (toneladas)	177
Carteiras Escolares	600	Geradores reparados	9
Tractores Agrícolas	40	Quadros Pretos	30
Kits de Limpeza	35	Palácios	1/0

Legenda:

Infra-estrutura concluída/em execução

Aquisições

De acordo com informações constantes no relatório enviado ao Ministério da Província

Fonte: Relatório Anual PMIDRCP - Província do Huambo, 2013

71

Resultados alcançados por Projecto na Província do Huambo – 2013 (2/2)



I Projecto Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza

Viaturas	6	Camiões	2
Combustíveis (litros)	759.850	Cooperativas Agrícolas constituídas	46
Kits Agrícolas	110	Painéis Solares	1
Sementes Diversas (kgs)	2.000	Lubrificantes (litros)	1.001
Enxadas	1.034		



II Água para Todos

Projectos (P.S.A.)	9/18	Projectos (P.A.)	15/10
Sistemas de água Canalizada por gravidade	2		

De acordo com informações constantes no relatório enviado ao Ministério da Província

Fonte: Relatório Anual PMIDRCP - Província do Huambo, 2013



III Cuidados Primários de Saúde

Casas para Médicos e Enfermeiros	12/0	Beneficiários Casas Méd. e Enf.	93
Armazém de Medicamentos	1/0	Centros/ Postos de Saúde	34/2
Ambulâncias	6	Arcas para Vacinas	7
Motorizadas	33	Kits de Medicamentos	1.304
Kits de Apoio Centros e Postos	125		



IV Merenda Escolar

Escolas Beneficiadas	116	Alunos Beneficiados	49.042
----------------------	-----	---------------------	--------

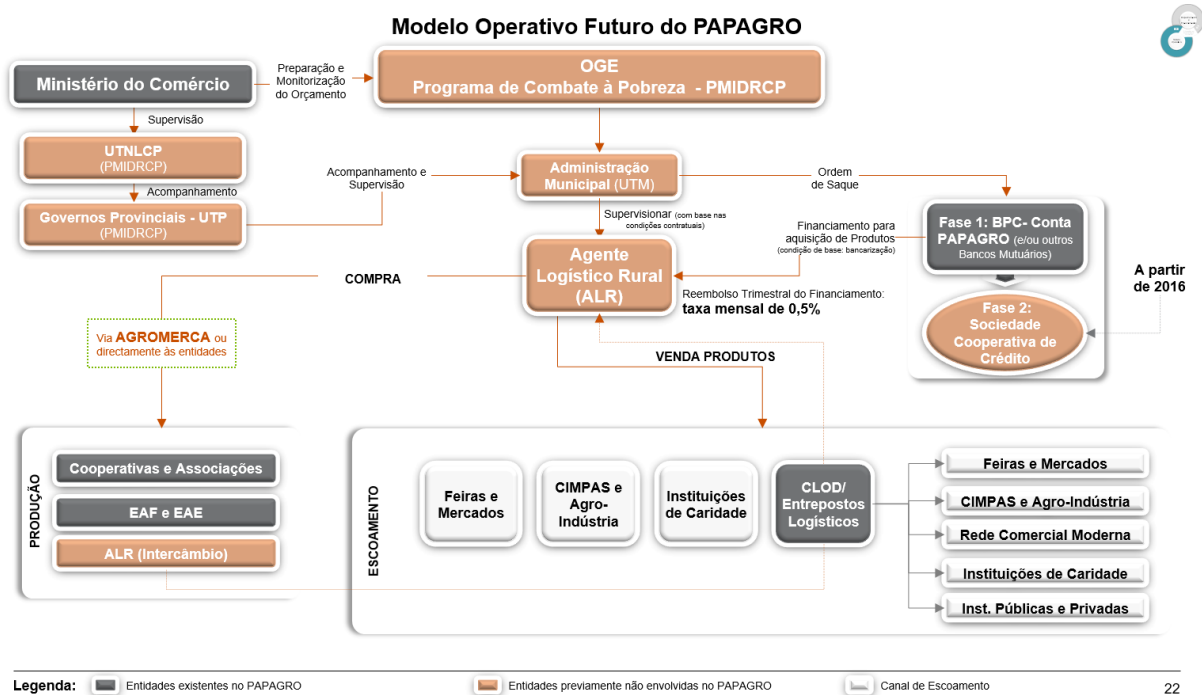
Legenda:

Infra-estrutura concluída/em execução

Aquisições

72

J. Modelo operativo do PAPAGRO.



K. Resultados do programa de combate à pobreza na Província do Huambo



GUIÃO DE ENTREVISTA - Camponeses

IDENTIFICAÇÃO

Idade _____ Sexo _____

Localidade onde reside _____

ESCOLARIDADE:

Lê e Escreve: ____ Primeiro Nível: ____, Segundo Nível: _____ Terceiro Nível: _____, Ensino Médio ____; Ensino Superior: _____.

1. Tem casa própria? Quais são as características da casa?
2. Quantos filhos tem? Os seus filhos estudam? Em que ano eles estão?
3. Existe uma escola na comunidade?
4. Se tiver quantos filhos estudam na escola da comunidade?
5. Existe um hospital na comunidade?
6. Quais são as principais doenças que os idosos, crianças, mulheres e homens tem?
7. Como conheceu o PAPAGRO?
8. Sabe o que é o PAPAGRO?
9. A quanto tempo está no PAPAGRO?
10. Quais foram as mudanças que o PAPAGRO trouxe para a sua atividade do campo?
11. Acha que a sua produção aumentou com o PAPAGRO?
12. Em termos de ganhos financeiros conseguiu aumentar a sua renda mensal?
13. A casa onde vive foi construída antes ou depois do PAPAGRO?
14. Quantas vezes vendeu seus produtos ao PAPAGRO?
15. O que produz é suficiente para sustentar a sua família?
16. Quais são os seus maiores compradores?
17. O terreno onde trabalha é arrendado ou seu?
18. Trabalha sozinho? Se não quantos trabalhadores tem?
19. Nos últimos 5 anos morreu alguma pessoa na sua casa?
20. Sente-se satisfeito com o PAPAGRO?
21. Se tivesse oportunidade de mudar o que mudaria no PAPAGRO?
22. É membro de alguma cooperativa agrícola? Porque?
23. Em média quanto dinheiro é ganhava antes do PAPAGRO?
24. Em média quanto dinheiro é ganha agora com o PAPAGRO?
25. O dinheiro que tem ganho, agora com o PAPAGRO, tem lhe permitido fazer o quê?
26. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa...

M. Entrevista dirigida as autoridades tradicionais

Saudações e apresentações

Informação geral do que se pretende com a entrevista

1. Já ouviu falar sobre o PAPAGRO “Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários”?
2. O que é o PAPAGRO?
3. Já foi beneficiado pelo PAPAGRO?
4. Conhece pessoas que se beneficiaram do PAPAGRO?
5. Consegue numerá-las?
6. Em sua análise quais são as vantagens do PAPAGRO?
7. Quais são as desvantagens do PAPAGRO?
8. Quais são os maiores ganhos que o PAPAGRO trouxe para a comunidade?
9. Acha que a produção aumentou depois que o PAPAGRO chegou?
10. Acha que a produção diminuiu depois que PAPAGRO chegou?
11. Com a chegada do PAPAGRO a produção deixou de estragar?
12. Com a chegada do PAPAGRO aumentou o numero de produtos estragados?
13. Com a chegada do PAPAGRO as famílias abrangidas melhoraram o seu poder de compra?
14. Em sua opinião com o PAPAGRO as famílias da comunidade tem conseguido diversificar a sua alimentação?
15. Em sua opinião as famílias tem conseguido colocar os filhos na escola com o dinheiro das vendas?
16. Em sua opinião as famílias abrangidas pelo PAPAGRO melhoraram as condições das suas casas? (chapas, blocos, tijolos, agua corrente, fontanários, cisternas, energia elétrica: geradores vs luz da rede, etc)
17. Qual é o produto que mais se cultiva por aqui?
18. Como caracteriza a produção atual e a do passado?
19. Se pudesse mudar alguma coisa no papagro o que mudaria?
20. Tem mais alguma coisa a dizer relativamente ao papagro?

N. Entrevista dirigida ao representante do ministério do comercio e ministério da agricultura

1. Que balanço faz do PAPAGRO?
2. Qual é o nível de comprometimento dos camponeses com relação ao PAPAGRO?
3. Acha que os produtos que os camponeses produzem são de qualidade?

4. Na sua opinião os rendimentos tirados das vendas são suficientes para garantir a sua vida, nos seguintes aspectos: sexta básica, educação dos filhos, garantia de plantio, pagamento de trabalhadores...
5. Quais as principais dificuldades?
6. Em sua opinião como poderíamos ultrapassá-las?
7. Acha que o PAPAGRO é um programa suficiente capaz de se manter através do ciclo de produção nacional?
8. Quais as grandes mudanças que nota nas comunidades abrangidas pelo PAPAGRO?
9. Além da aquisição dos produtos dos camponeses existe algum acompanhamento as comunidades?
10. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa

O. Entrevista ao ADRA, UNACA, ASCOFA, AIA (ONGs)

1. Que conhecimento tem sobre o PAPAGRO?
2. Tem controle das comunidades abrangidas pelo PAPAGRO?
3. Quais as grandes mudanças que verifica nelas?
4. Em sua opinião quais são as maiores vantagens do PAPAGRO?
5. Quais as desvantagens do PAPAGRO?
6. Acha que o PAPAGRO tem ajudado a mudar as condições socioeconômicas dos camponeses das regiões abrangidas?
7. Que diferencial (melhorias) o PAPAGRO trouxe para as comunidades camponesas em Angola?
8. Em sua opinião o PAPAGRO ajudou a melhorar a produção agrícola dos camponeses das áreas abrangidas?
9. Em termos de produção acha que as comunidades abrangidas produziram mais?
10. Em sua opinião o que precisa mudar para melhorar o desempenho do PAPAGRO?
11. Tem alguma coisa a acrescentar?